

UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE

CURSO DE LETRAS



INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA em LETRAS PORTUGUÊS/ INGLÊS

2015

I. CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES:

1. Nome da Mantenedora: GOVERNO ESTADUAL DO MS

2. Nome da Instituição: UEMS

1. Base Legal da IES (Endereço, Atos Legais e data da publicação no D.O.):

Legislação Geral

Constituição Federal de 1988. Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Legislação Institucional

Constituição Estadual, promulgada em 13 de junho de 1979, em seu art. 190 – Cria a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede na cidade de Dourados.

Lei Estadual n.º 533, de 12 de março de 1985 – Autoriza a instalação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989 – Art. 48 das Disposições Transitórias – Cria a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com sede em Dourados.

Lei Estadual n.º 1.461, de 20 de dezembro de 1993 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Decreto Estadual n.º 7.585, de 22 de dezembro de 1993 – Institui sob a forma de fundação, a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Deliberação n.º 4.787, de 20 de agosto de 1997 – Concede o credenciamento, por cinco anos, à Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Deliberação CEE/MS n.º 6.602, de 20 de junho de 2002 – Prorroga o ato de Credenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul -UEMS, concedida através da Deliberação CEE/MS n.º 4787/97, até o ano de 2003.

Deliberação CEE/MS n.º 6.603, de 20 de junho de 2002 – Prorroga os atos de Autorização e de Reconhecimento de Cursos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS de Dourados e dá outras providências.

Deliberação CEE/MS n.º 7.447, de 29 de janeiro de 2004 – Recredencia a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, sediada em Dourados-MS, pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir de 2004, até o final de 2008.

Deliberação CEE/MS Nº 8955, de 16 de dezembro de 2008 – Prorroga o ato de Recredenciamento da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pelo prazo de 03(três) anos a partir de 01/01/2009 a 31/12/2011.

Decreto n.º 9.337, de 14 de janeiro de 1999 – Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Lei n.º 2.230, de 02 de maio de 2001 – Dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Lei n.º 10.511, de 02 de maio de 2001 - Fixa o piso salarial e o respectivo vencimento base das categorias funcionais do Grupo Profissional da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

Resolução COUNI-UEMS n.º 227 de 29 de novembro de 2002 – Edita o Regimento Geral da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, alterada pela Resolução COUNI-UEMS nº 352, de 15 de dezembro de 2008.

Lei n.º 2.583, de 23 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a autonomia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, alterada pela Lei nº 3485 de 21 de dezembro de 2007.

Deliberação CEE/MS n.º 7.075, de 09 de setembro de 2003 – Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados, MS, para o período de 2002 a 2007.

Resolução COUNI-UEMS n.º 342, de 27 de março de 2008 – Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados, MS, para o ano de 2008.

Resolução COUNI-UEMS n.º 348, de 14 de outubro de 2008 – Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sediada em Dourados, MS, para o período de 2009 a 2013.

Deliberação CEE/MS n.º 4.787, de 20 de agosto de 1997 - Autoriza o funcionamento do Curso de Letras/Habilitação: Português/Espanhol.

Deliberação CEE/MS n.º 5.433, de 18 de junho de 1999 - Reconhece o Curso de Letras - Licenciatura Plena – Habilitações: Português/Inglês e Português/Espanhol.

Resolução CEPE-UEMS n.º 498, de 14 de abril de 2005 - Homologa a Deliberação CE/CEPE-UEMS N.º 084, de 06/12/04, que aprova o Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado, para os cursos de licenciatura da UEMS, com alterações, e revoga a Deliberação CE/CEPE-UEMS N.º 063, de 20/04/2004.

Resolução CEPE-UEMS n.º 867, de 19 de novembro de 2008 - Aprova o Regimento Interno dos Cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

4. Gestor da IES:

5. Perfil e Missão da IES: Gerar e disseminar o conhecimento, com vistas ao desenvolvimento das potencialidades humanas, dos aspectos político, econômico e social do Estado, e com compromisso democrático de acesso à educação superior e o fortalecimento de outros níveis de ensino, contribuindo, dessa forma, para a consolidação da democracia.

6. Breve Histórico da IES (criação, trajetória, áreas oferecidas no âmbito da graduação e da pós-graduação, áreas de atuação na extensão e áreas de pesquisa, se for o caso).

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), com sede na cidade de Dourados, foi criada pela Constituição Estadual de 1979 e ratificada em 1989, conforme o disposto em seu artigo 48, Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias. É uma Fundação com autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e patrimonial, de acordo com as Leis Estaduais n.º 1.543, de 8 de dezembro de 1994, e n.º 2.583, de 23 de dezembro de 2002, e com o Decreto Estadual n.º 10.511, de 8 de outubro de 2001. Rege-se por seu Estatuto, oficializado por meio do Decreto Estadual n.º 9.337, de 14 de janeiro de 1999. Embora criada em 1979, a implantação da UEMS somente ocorreu após a publicação da Lei Estadual n.º 1.461, de 20 de dezembro de 1993, e do Parecer do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul CEE/MS n.º 08, de 09 de fevereiro de 1994. Mais tarde, por meio do Parecer CEE/MS n.º 215 e da Deliberação CEE/MS n.º 4.787, ambos de 20 de agosto de 1997, foi-lhe concedido credenciamento por cinco anos, prorrogado até 2003, pela Deliberação CEE/MS n.º 6.602, de 20 de junho de 2002. Por meio da Deliberação CEE/MS n.º 7.447, de 29 de janeiro de 2004, o CEE/MS deliberou pelo credenciamento da UEMS até dezembro de 2008. Em 1993, foi instituída uma Comissão para Implantação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com o intuito de elaborar uma proposta de universidade que tivesse compromisso com as necessidades regionais, particularmente com os altos índices de professores em exercício sem a devida habilitação, e, ainda, com o desenvolvimento técnico, científico e social do Estado. Com essa finalidade, a UEMS foi implantada, com sede em Dourados e em outros 14 municípios como Unidades de Ensino, hoje Unidades Universitárias, uma vez que, além do ensino, passaram a desenvolver atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, essenciais para a consolidação do “fazer universitário”. Essas Unidades foram distribuídas nos seguintes Municípios: Aquidauana, Amambai, Cassilândia, Coxim, Glória de Dourados, Ivinhema, Jardim, Maracaju, Mundo Novo, Naviraí, Nova Andradina, Paranaíba, Ponta Porã e Três Lagoas. A Resolução CEPE/UEMS n.º 040, de 24 de maio de 1996, estabeleceu a extinção da Unidade Universitária de Três Lagoas a partir do mês de agosto daquele ano, uma vez que o único curso ofertado – Direito – passou a ter a demanda atendida pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e ambas funcionavam no mesmo local. Em 2001, por meio da Resolução COUNI-UEMS n.º 184, de 10 de outubro de 2001, foi criada a Unidade Universitária de Campo Grande, com a finalidade de atender à demanda do curso de graduação Normal Superior. Tendo como eixo principal a sua missão institucional, a UEMS priorizou a democratização do acesso à educação superior pública, interiorizando suas Unidades para mais próximo das demandas, fortalecendo assim a educação básica pela interferência direta no atendimento às necessidades regionais, principalmente de formação de professores, com a finalidade maior de equalizar a oferta da educação superior no Estado em oportunidades e qualidade. Para cumprir sua proposta, buscando racionalizar recursos públicos, evitar a duplicação de funções, cargos e demais estruturas administrativas e a fragmentação das ações institucionais, a UEMS adotou, inicialmente, três estratégias diferenciadas: a rotatividade dos cursos, sendo os mesmos permanentes em sua oferta e temporários em sua localização; a criação de Unidades de Ensino, em substituição ao modelo de campus, e a estrutura centrada em Coordenadorias de Curso, ao invés de Departamentos. Em 2002, contudo, quando se discutiu o futuro da Instituição e a elaboração do novo PDI para o quinquênio 2002 a 2007, sentiu-se a necessidade da implantação de um novo modelo, com base no entendimento de que a rotatividade já havia cumprido sua função

emergencial. Naquele momento, impôs-se como a alternativa mais funcional e eficiente à fixação e o fortalecimento dos cursos de graduação, por meio do estabelecimento de Pólos de Conhecimento. Assim, as Unidades que concentrassem condições para esse fim, conforme critérios pré-estabelecidos, definiriam sua vocação regional e poderiam concentrar esforços no desenvolvimento e solidificação de cursos de graduação, ações de extensão, grupos de pesquisa, estrutura física e pedagógica adequada, instalações, tecnologia e recursos humanos qualificados, comprometidos em produzir e disseminar conhecimentos de determinada área. Também administrativamente e sob o ponto de vista das condições de trabalho, houve inúmeras vantagens: os cursos passaram a ser de oferta permanente, em substituição ao sistema de rotatividade, com lotação dos professores e concursos públicos regionalizados para docentes. A extinção da rotatividade e a conseqüente fixação do professor em unidades específicas possibilitaram que este estivesse mais presente na Unidade, com o desenvolvimento efetivo do conjunto de ações que envolvem o ensino, conduzem à pesquisa e se revertem na extensão, beneficiando a comunidade e trazendo como retorno o conhecimento científico. Em seu início, a UEMS possuía doze cursos, com dezoito ofertas às comunidades onde estava localizada. Em 2008, considerando a sede e as Unidades Universitárias, a UEMS conta com quarenta e quatro ofertas de cursos no vestibular, sendo vinte e seis licenciaturas e dezoito bacharelados, além de sete cursos com turmas em andamento, que não tiveram mais oferta no último vestibular. Desses cursos, foram 6.102 egressos, 7.065 de alunos de graduação matriculados no ano letivo de 2008 e 1850 vagas a serem oferecidas no vestibular de 2008 para acesso aos cursos no início do ano letivo de 2009. Atualmente, a UEMS conta, em seu quadro de acadêmicos, com cerca de 85% de egressos de escolas públicas, oriundos de famílias que ganham até 3 salários mínimos. Essa realidade foi considerada no contexto sócio-político e econômico atual, para se estabelecerem objetivos e metas para o próximo quinquênio, levando-se ainda em consideração as especificidades da região. O estabelecimento desses objetivos e metas buscou, também, estar coerente com as premissas e definições da LDB, com vistas ao fortalecimento da prática universitária no Brasil.

7. Unidade Universitária: Campo Grande

8. Endereço da Unidade Universitária: Ruas dos dentistas, 500, Bairro Arnaldo Estevão Figueiredo, Campo Grande, MS.

9. Gestor da Unidade Universitária: Kátia Figueira

10. Dados Socioeconômicos da Região:

II. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS CURSOS:

1. Nome do Curso: :Curso de Letras, licenciatura - habilitação português/inglês e suas literaturas

2. Atos Legais de Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento do Curso:

Legislação Federal e do Conselho Nacional de Educação

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro 2005 - Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Inclusão da Libras como Disciplina Curricular.

Portarias do Ministério da Educação

Portaria MEC nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994 - Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências.

Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004 - Autoriza a inclusão de disciplinas não presenciais em cursos superiores reconhecidos.

Legislação do Conselho Nacional de Educação

Diretrizes Gerais para todos os Cursos de Graduação

Parecer CNE/CES nº 067, de 11 de março de 2003- Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.

Parecer CNE/CP nº 003, de 10 de março de 2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana .

Resolução nº 001, de 17 de junho de 2004 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana .

Parecer CES/CNE nº 261/2006, 9 de novembro de 2006 - Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências.

Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007- Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências.

Diretrizes Gerais para Formação de Professores para Educação Básica

Parecer CNE/CP nº 028, de 2 de outubro de 2001- Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Resolução CNE/CP nº 001, de 18 de fevereiro de 2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

Resolução CNE/CP nº 002, de 19 de fevereiro de 2002- Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

Parecer CNE/CES nº 492, de 03 de abril de 2001- Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia .

Parecer CNE/CES nº 1363, de 12 de dezembro de 2001- Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia .

3. Carga Horária Total do Curso (em horas e em hora/aula, quando for o caso):

Carga horária total:

LICENCIATURA – 3670 horas - SISU

Regime de oferta: Presencial/ Seriado/ Modular

Período de Integralização: mínimo 04 anos e máximo de 07 anos

4. Tempo Mínimo e Máximo para Integralização:

Período de Integralização: mínimo 04 anos e máximo de 07 anos

5. Número de Vagas Autorizadas: 40

6. Turnos de Funcionamento do Curso (matutino, vespertino, noturno e integral): vespertino e noturno

7. Coordenador (a) Do Curso: Natalina Sierra A. Costa

8. Perfil do (a) Coordenador (a) do Curso (formação acadêmica, titulação, tempo de exercício na IES e coordenador do curso):

Coordenador de Curso: Prof. Dra. Natalina Sierra A. Costa

40 horas + TI concursado

ano de ingresso: 1994.

Graduação : Doutora em Linguística

USP. Ano de Conclusão: 2011

Programa conceito 6 Capes

e-mail: sierra@uems.br

Secretaria da coordenação - fone: (fone) 3901 4610

Secretário: anderson@uems.br 39014610

Lattes: Possui Graduação em Pedagogia p/ Licenciados pela Universidade do Oeste Paulista (1991), Letras Habilitação Português Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1985), Mestrado e Doutorado em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho SP (2002) e Doutorado em Letras pela Universidade Estadual de São Paulo-USP/São Paulo, (08/02/2011). É Professora concursada da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras em Português. Professora atuante no Curso de Graduação, Mestrado acadêmico e Mestrado Profissional em Letras em Português. <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=>

9. Composição, Titulação, Regime de Trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE:

3 anos

Natalina Sierra Assêncio Costa (presidente)
João Fábio Sanches Silva
Lucilene Soares da Costa
Elisângela Leal
Marlon Leal Rodrigues
Nataniel dos Santos Gomes

10. Tempo Médio de Permanência do Corpo Docente no Curso. Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do (a) coordenador (a) do curso: 5

11. Conceito Preliminar de Curso – CPC – e Conceito de Curso – CC –, quando houver:

Conceito emitido pelo CEE – Conselho Estadual de Educação em 2013: 3

III. SÍNTESE PRELIMINAR:

1. Modalidade do Curso:

Licenciatura, noturno

2. Documentos base para análise da Avaliação (PDI, PPC, Relatórios de Autoavaliação e demais relatórios da IES):

PDI: http://www.uems.br/internet/soc/PDI-UEMS_2009-2013_versao_finals.pdf

3. Em processos de renovação de reconhecimento, em caso de CPC insatisfatório, verificar e comentar se o (a) coordenador (a) do curso apresentou justificativa procedente ou não e se há coerência entre a justificativa apresentada e as ações propostas para sanear as possíveis deficiências.

IV. IDENTIFICAÇÃO DA COMISSÃO DE AUTOAVALIAÇÃO:

1. Ato Legal de Constituição:

3. Composição da Comissão:

Natalina Sierra Assêncio Costa (presidente)
 João Fábio Sanches Silva
 Lucilene Soares da Costa
 Elisângela Leal
 Marlon Leal Rodrigues
 Nataniel dos Santos Gomes

3. Período de Avaliação: 2015

4. Data de Conclusão da Avaliação: dezembro de 2015

V. DADOS DOS RECURSOS HUMANOS

1. Caracterização dos Responsáveis pela IES/Curso

Nome	Formação	Reg. Trabalho	Horas semanais dedicadas ao curso	Situação Atual
Daniel Abrão	Letras	40h + TI	20h	Coordenador de Curso
Silvane Aparecida de Freitas	Pedagogia	40h +TI	-	Pró-reitora de ensino

2. Caracterização dos Docentes do Curso –

Nome	Formação	Regime de Trabalho	Carga Horária		Tempo de vínculo	
			Total na IES	Horas semanais dedicadas ao curso	Na instituição	No curso
Marlon Leal Rodrigues	Letras	40h + TI	40	40	7	5
Natalina Sierra A. Costa			40	40	20	4
Nataniel dos santos Gomes	Letras	40h + TI	40	40	3	3
Euricléia Azevedo Nogueira	Pedagogia	Convocada	30	10	8	3
Miguel Eugênio de Almeida	Letras	40h + TI	40	40	16	4
Eliane Maria de Oliveira Giacon	Letras	40h + TI	40	40	9	5

Ana Aparecida Arguelho e Souza	Letras	40h + TI	40	40	20	3
Ravel Giordano de Lima Faria Paz	Letras	40h + TI	40	40	3	3
Fábio Dobnashi Furuzato	Letras	40h + TI	40	40	3	3
Lauro Sérgio Davi	Pedagogia	40h + TI	40	40	20	1
Aline Saddi Chaves	Letras	40h + TI	40	40	3	3
Adriana Lúcia Escobar Chaves de Barros	Letras	40h + TI	40	40	2	2
Enilda Fernandes	Pedagogia	40	40	40	3	3
Daniel Abrão	Letras	40h + TI	40	40	16	5
André Rezende Benatti	Letras	convocado	20	20	2	2
Mario Márcio Ribas	Letras	convocado	40	25	1	1
Elisângela Leal Da Silva Amaral	Letras	convocado	40	25	2	2
Lucilo Antonio Rodrigues	Letras	40h + TI	40	10	7	3
Rozely Souza Luiz Gayoso	Pedagogia	40	40	8	40	2
Letícia Reis de Oliveira	Letras	Convocada	6	6	6	1
Marcelo Bueno de Paula	Letras	Convocado	30	30	30	2
Karla Costa	Letras	Convocado	15	15	2	2
Mônica Aparecida Mattos	Letras	40h + TI	40	40	40	2
Flávia Cavalcanti Gonçalves	Pedagogia	40h + TI	40	20	40	2
Herbertz Ferreira	Letras	40h + TI	40	40	40	1
Sônia Filiú Albuquerque	Pedagogia	40h + TI	40	40	3	3
Rony Márcio Cardoso Ferreira	Letras	Convocado	35	35	35	2
Lucilene Soares da Costa	Letras	40h + TI	40	40	8	3
João Fábio Sanches Silva	Letras	40h + TI	40	40	7	7
Ruberval Franco Maciel	Letras	40h + TI	40	40	7	7
Luciene Gomes Freitas Marins	Letras	Convocado	10	10	10	2

VI. DIMENSÃO E INDICADORES AVALIADOS

DIMENSÃO 1

ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO

INDICADORES	CONCEITO
1.1. Contexto educacional.	5
1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso.	4
1.3. Objetivos do curso.	5
1.4. Perfil profissional do egresso.	5
1.5. Estrutura curricular.	4
1.6. Conteúdos Curriculares.	4
1.7. Metodologia.	4
1.8. Estágio curricular supervisionado.	5
1.9. Atividades Complementares.	5
1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC).	5
1.11. Apoio ao discente	4
1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso.	4
1.13. Atividades de tutoria. Para Curso em EAD	X
1.14. Tecnologias de informação e comunicação – TIC – no processo ensino-aprendizagem. - Não há laboratórios de informática e de línguas.	4
1.15. Material didático institucional. - Os livros são poucos, mas há grande acesso discente e docentes aos documentos e bibliografias eletrônicas.	4
1.16. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.	4
1.17. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem.	4
1.18. Número de Vagas.	5
1.19. Integração com as redes públicas de ensino e espaços de atuação do bacharel	5
1.20. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS.	X

1.21. Ensino na área de saúde.	X
1.22. Atividades práticas de ensino.	X
1.23 Índice de reprova do aluno por nota	Doc uems – anexo V
1.24 Índice de reprova do aluno por falta	Doc uems – anexo V
1.25 Grau de envolvimento de aluno por projeto de pesquisa	5
1.26 Grau de envolvimento de aluno por projeto de pesquisa	5
1.27 Indicador bolsista de Iniciação Científica por docente	4
1.28 Indicador bolsista de extensão por docente	4
1.29 Taxa de monitorias pelo potencial das disciplina	3
1.30 Indicador de taxa de projetos de ensino no Curso	3

Forças/potencialidades: O Curso tem PPP amplo e com amplo alcance conteudístico da área de Letras. Possui boa demanda de alunos e boas perspectivas de crescimento na região, bem como com as instituições mantenedoras de ensino. Seu currículo é amplo, e tem como referência as atualidades dos conhecimentos de linguagem da Graduação e da Pós-Graduação brasileira. Há boa interação com espaços de estágio, por meio do desenvolvimento de projetos e parcerias. Falta consolidar a infraestrutura recém-construída, equipar os laboratórios de multimídia e fonética e fonologia, bem como realizar a reformulação do PPP.

Fragilidades/aspectos a serem melhorados:

- Diálogo entre as disciplinas a ser ampliado

- Reformulação do PPP tem que ser efetuado, pois os conteúdos das disciplinas podem ser melhorados, as disciplinas repensadas e, após a reformulação do Regimento Interno dos Cursos de Graduação, atualmente sendo efetuado no âmbito da Instituição, o Curso projeta uma modificação em sua estrutura, que estará regida por um sistema de créditos ou equivalente, que proporcione ao aluno escolher, montar e complementar sua formação entre habilitações internas, modalidades de Curso e até mesmo cursar mais disciplinas em outros Cursos da

Unidade.

- Ampliação da integração entre as ações de Grupos de Pesquisa e atividades da Graduação

Recomendações:

Reuniões periódicas do colegiado; formação e acompanhamento das comissões internas, bem como a execução das diretivas delas emanadas; Reformulação do PPP segundo observações das reuniões de área e da abertura proporcionada pela futura reformulação do regimento interno dos cursos de graduação.

O que foi feito:

Fragilidades - Descrição	Ações desenvolvidas
Mais acesso aos laboratórios	- LABORATÓRIO DE LÍNGUA COMPRADO PELO RECURSO DO PNAEST. - Aproveitamento do Edital 25/2015 Fundect, que prevê o ganho de até 100 mil reais para atividades de ensino, pesquisa e extensão. No referido edital há previsão de cerca de 30 mil para compras de equipamento para os laboratórios de multimídia e fonética e fonologia.
Mais atividades complementares	Organização do IV Congresso AD, V EEL, Sinefil, Encontro Brasil-Canadá e palestras diversas pulverizadas durante todo o ano. Também foram realizadas reuniões de Grupos de Pesquisa, com a presença frequente de alunos, além de Projetos de Ensino (como o NEL), que envolveu a capacitação para escrita e leitura, línguas estrangeiras, Latin e Libras.
Melhor atendimento administrativo/acadêmico	- Reorganização dos horários da secretaria, solicitação à IES de novos funcionários: Chegada do Secretário de Curso, Sr Cassiano Pereira da Rosa, que atendeu às coordenações.
Qualidade do funcionamento administrativo/acadêmico	- Secretaria Acadêmica com espaços adequados ao seu funcionamento, na nova Unidade Universitária.

Qualidade do atendimento da Secretaria	- Reuniões permanentes com a Direção/Gerência - Contratação de novos funcionários.
Coordenação com tempo de dedicação insuficiente para os três Cursos	- Divisão das coordenações entre os três Cursos em 2013:Há três Coordenadores para os três Cursos de Letras, cada um com 20 horas de atuação.
Diálogo mais intenso entre as disciplinas	Realização de reuniões das subáreas linguística e língua portuguesa, literatura, disciplinas pedagógicas, língua e literatura espanhola e língua, literatura inglesa e Itinerários científicos, integrados ao Curso de Bacharelado. Estas reuniões tem orientado a construção dos planos de ensino.

DIMENSÃO 2	CORPO DOCENTE
-------------------	----------------------

INDICADORES	CONCEITO
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE.	5
2.2. Atuação do coordenador.	5
2.3. Experiência do coordenador do curso em cursos a distância	x
2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do coordenador.	5
2.5. Regime de trabalho do coordenador do curso.	5
2.6. Carga horária de coordenação de curso.	5
2.7. Titulação do corpo docente do curso.	5
2.8. Titulação do corpo docente do curso – percentual de doutores	5
2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso.	5
2.10. Experiência profissional do corpo docente.	4
2.11. Experiência no exercício da docência na educação básica.	4

2.12. Experiência de magistério superior do corpo docente.	5
2.13. Relação entre o número de docentes e o número de estudantes.	5
2.14. Funcionamento do colegiado do curso ou equivalente.	5
2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	4
2.16. Titulação e formação do corpo de tutores do curso.	X
2.17. Experiência do corpo de tutores em educação à distância.	X
2.18. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância - por estudante.	X
2.19. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica.	X
2.20. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente.	X
2.21 Relação docente efetivo/convocado	10/5
MÉDIA DIMENSÃO 2	

Forças/potencialidades: Corpo docente jovem, na maioria efetivo, com 40h + TI, cientes e elaboradores do PPP e das comissões do Curso. Ingresso de professores pelo PDI (ranking de produção). Professores das disciplinas pesquisam e publicam na área. Corpo docente experiente em atuação nas áreas de ensino e envolvidos na criação do Mestrado Profissional e Acadêmico em Letras (voltado ao ensino). Integração entre Graduação e Pós-Graduação. Novo espaço e melhoria da infraestrutura.

Fragilidades/aspectos a serem melhorados

- Realização de concurso
- Reformulação do PP:
- Regularização da carga horária total das disciplinas e da porcentagem destinada aos Estudos Orientados.
- Recolhimento das informações contidas nos relatórios nas subáreas, no tocante à reorganização das disciplinas e cargas horárias.
- Aumento do tempo de estágio
- Criação do núcleo comum e sistema de créditos, segundo sugestão do Colegiado e do NDE.

DIMENSÃO 3**INFRAESTRUTURA**

INDICADORES	CONCEITO
3.1. Espaço de trabalho para professores Tempo Integral – TI.	5
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos.	5
3.3. Sala de professores.	5
3.4. Salas de aula	5
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática.	4
3.6. Bibliografia básica.	4
3.7. Bibliografia complementar	4
3.8. Periódicos especializados.	2
3.9. Laboratórios didáticos especializados: quantidade.	3
3.10. Laboratórios didáticos especializados: qualidade.	3
3.11. Laboratórios didáticos especializados: serviços.	3
3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística).	x
3.13. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas.	x
3.14. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação.-	x
3.15. Unidades Hospitalares de ensino e complexo assistencial.	x
3.16. Sistema de referência e contra-referência	x
3.17. Biotérios	x
3.18. Laboratórios de ensino.	x
3.19. Laboratórios de Habilidades.	x
3.20. Protocolos de experimentos.	x

3.21. Comitê de ética em pesquisa.	x
MÉDIA DIMENSÃO 3	

Forças/potencialidades: Nova infraestrutura completa, com espaço de atuação dos docentes e espaços para Grupos de Pesquisa.

Fragilidades/aspectos a serem melhorados: Bibliografia a ser ampliada. Equipagem dos laboratórios.

Recomendações: aplicar o Edital 25/2016 Fundect, pois é um Edital direcionado que prevê, segundo a confecção do projeto submetido, a realização de monitorais, eventos, compras de materiais, viagens científicas e culturais e aquisição de materiais permanentes.

O que foi feito:

Fragilidades - Descrição	Ações desenvolvidas
Maior acervo bibliográfico	Aquisição de cerca de 2.000 volumes, atualmente sendo catalogas pela Biblioteca da Unidade.
Laboratórios – Línguas e Informática	Compra de materiais dos laboratórios pelo Edital 25/2015 Fundect. Cosntrução do laboratório de informática pela verba advinda do Pnaest.
Disponibilidade de Equipamentos / Materiais e recursos audiovisuais para desenvolvimento de aulas práticas	Disposição de sala de multimeios, onde estão dispostos toso os equipamento para as aulas e condição reprográfica para atendimento aos professores.

MÉDIA DIMENSÃO 4	

Forças/potencialidades: O Curso tem o seu PP voltado para a perspectiva social, bem como uma política institucional que privilegia as cotas, a diversidade e o acesso de alunos oriundos da rede pública (80% dos ingressantes).

Fragilidades/aspectos a serem melhorados: **1.** os projetos dos docentes deverão prever maior participação das comunidades e movimentos sociais. **2.** A evasão é muito grande, e estão alinhados aos índices nacionais, porém com algumas particularidades diagnosticadas como os principais motivos o abandono de Curso: a. trancamento por motivo de trabalho, b. não identificação com o Curso, c. falta de passe escolar para os deslocamentos (na verdade os passes chegam atrasados), d. incapacidade de formação para o acompanhamento das disciplinas, e. falta de horizonte no campo de trabalho, f. problemas familiares e/ou mudança de cidade, entre outros

Recomendações: Seminários científicos que estimulem as práticas e políticas sociais, realização de convênios. Monitoria para os alunos. Busca de ações da Instituição/Gerência para o problema dos passes e do acesso.

O que foi feito:

Fragilidades - Descrição	Ações desenvolvidas
Os projetos dos docentes deverão prever maior participação das comunidades e movimentos sociais	- Em 2015 alguns projetos de extensão e pesquisa estiveram alinhados com SED e SEMED na formação de professores, com atenção especial aos trabalhadores do

	campo, dos indígenas e de artistas de rua organizados nos fóruns culturais campo-grandenses.
Evasão	- Levantamento dos motivos das evasões. - Incremento da política de bolsas e da Iniciação Científica.

DIMENSÃO 5	AVALIAÇÃO DISCENTE E DOCENTE
-------------------	-------------------------------------

QUESTIONÁRIO EM APLICAÇÃO – ANEXO

INDICADORES – Dimensão 5	CONCEITO
<p>Aplicação do questionário aos discentes e docentes:</p> <p style="text-align: center;">SOMATÓRIA DOS CONCEITOS</p> <p>Média geral = _____</p> <p style="text-align: center;">NÚMERO DE QUESTÕES RESPONDIDAS EM FORMA DE CONCEITO (1,2,3,4 e 5)</p>	
QUESTÕES COM RESPOSTAS LIVRES	Deve-se anexar as respostas discursivas junto com os questionários
<p>MÉDIA DIMENSÃO 5 (CÁLCULO)</p> <p style="text-align: center;">Somatória avaliação docente + somatória da avaliação discente</p>	

2	= média dimensão 5
MÉDIA DIMENSÃO 5	

Forças/potencialidades:

Fragilidades/aspectos a serem melhorados:

Recomendações:

O que foi feito:

Fragilidades - Descrição	Ações desenvolvidas

VII . CONSIDERAÇÃO FINAL DAS DIMENSÕES

O Curso recebeu nota 5 da avaliação SED – CEE, o que comprova sua qualidade. Seus aspectos positivos passam pelo fato de que no Curso atual professores que imprimem um ritmo de pesquisa adequado ao Curso e próximo às atividades de Pós-Graduação. Como as séries se dividem não há muitos alunos em sala, o que permite ao professor um trabalho mais adequado de acompanhamento. Nota-se, neste sentido, a melhoria da escrita discente na progressão das séries, além da leitura de clássicos da teoria na área de Letras. Com a nova Unidade, uma equiparação infraestrutural corrigiu as distorções anteriores e dá plenas condições ao desenvolvimento das atividades. Outro aspecto relevante é o aproveitamento do Edital 25/2016 Fundect, que prevê a chegada de 100 mil reais para cada Curso da UEMS, o que possibilitará ao Bacharelado completar

sua infraestrutura de forma adequada.

Evasão:

A evasão dos Cursos de Letras deve ser compreendida dentro do quadro de evasão da UEMS e do do quadro nacional.

Contribuem para a evasão os seguintes fatores:

- Formação precárias nas séries anteriores
- Falta de amadurecimento do aluno
- Ensino técnico em expansão
- Currículos engessados e exigência inflexível nos primeiros anos
- Sisu – adesão das Universidade
- Falta de políticas de permanência: moradia estudantil, refeitório, bolsas, apoio institucional
- Aumento do setor produtivo e comercial
- Falta de motivação
- Problemas de saúde
- Distância da família
- Ambiente acadêmico e mal atendimento
- Dificuldades financeiras
- Transporte e alimentação
- Relação professor-aluno
- Condições de moradia
- Falta de programas de apoio institucional (bolsas)
- Mobilidade entre cursos
- Falta de espaços de convivência
- Ausência de programas sociais e esportivos
- Desconexão entre a educação básica e o ensino superior

AS PROPOSTAS DE AÇÃO SÃO AS SEGUINTEs:

- atendimento aos alunos das primeiras séries
- Flexibilização do currículo: para alcançar formações específicas dentro dos cursos, segundo a atualidade do campo de trabalho e das novas tecnologias
- Programas de permanência
- Bolsas
- Palestras na área: acadêmicas e profissionais
- Melhoria do ambiente acadêmico (estrutura física e atendimento pessoal);
- Mobilidade entre os cursos;
- Criação de programas de nivelamento;
- Valorização das práticas bem sucedidas entre os professores
- Recepção dos alunos pelos docentes e veteranos;
- Acompanhamento pela coordenação de curso do desempenho acadêmico dos alunos como prevenção à evasão e repetência;
- Criação de um Setor de Permanência: conectado às coordenações, à administração, aos setores de atendimento social, psicológico, etc.
- Programas de monitoria/tutoria, bolsas permanência e aconselhamento e orientação aos acadêmicos;
- Modificação do processo seletivo
- Tornar o ambiente universitário agradável.
- Programa de atualização pedagógica para os professores, principalmente dos primeiros anos;
- Divulgação da Universidade e do Enem
- Mudança do modelo de chamada do aluno

Algumas ações são de âmbito da instituição, outras ações podem ser feitas pelos cursos.

Para 2016 a recomendação é que se trabalhe fortemente as monitorias nas primeiras séries.

VIII. TIPO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Serviços	Freqüência / Horários	Objetivos
Cursos de Graduação	2ª a 6ª feira, turnos tarde e noite	Formação de bacharéis e professores.
Espaço Cultural	Periódicas	Atividades de sensibilização cultural
Eventos de orientação acadêmica e profissional	No decorrer dos semestres letivos, segundo calendário acordado com as escolas de ensino médio locais.	Orientar alunos do ensino médio sobre as diversas carreiras e profissões.
Biblioteca	Durante todo o ano. 2ª a 6ª feira, das 8 às 21 h. Sábados, das 8 às 12 h.	Prover alunos, professores e comunidade, pelo sistema de empréstimo e consulta, de livros, periódicos, vídeos e facilidade de pesquisa (computadores).
Psicológico	Dentro da programação de atendimento	Atender alunos e professores com serviço profissional oferecido pela PROE aos Cursos. Atendimento: Janis
Grupo de Pesquisa Literatura, História e Sociedade	Reuniões quinzenais	Fortalecer as pesquisas no Curso, as linhas de atuação da literatura; fortalecer a IC e os projetos discentes; criar parcerias e associações de pesquisa entre os professores e alunos; criar relações com alunos e professores de outras IES, SED e SEMED; fortalecer o Mestrado em Letras
Grupo de Pesquisa NEAD	Reuniões semanais	Fortalecer as pesquisas no Curso, as linhas de atuação da linguística; fortalecer a IC e os projetos discentes; criar parcerias e associações de pesquisa entre os professores e alunos; criar relações com alunos e professores de outras IES, SED e SEMED; fortalecer o Mestrado em Letras
Grupo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos - UEMS	Reuniões semanais	Fortalecer as pesquisas no Curso, as linhas de atuação da linguística; fortalecer a IC e os projetos discentes; criar parcerias e associações de pesquisa entre os professores e alunos; criar relações com alunos e professores de outras IES, SED e SEMED; fortalecer o Mestrado em Letras
Grupo de pesquisa Educação,		O grupo congrega pesquisadores dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Cultura e Diversidade		(UEMS) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), articulando-se a outros Centros de referência em pesquisa e documentação no país e no exterior. Sua principal preocupação é difundir as informações coletadas e publicar as pesquisas desenvolvidas por seus membros em livros e revistas especializadas, bem como fomentar o debate teórico metodológico, trazendo a público, em seminários, reuniões científicas e congressos nacionais e internacionais, os resultados parciais e finais de suas pesquisas. A produção acadêmica do grupo centra-se nos resultados das investigações realizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, com as seguintes temáticas de estudo: cultura e escolarização das populações indígenas e quilombolas; cultura e escolarização afro-descendente; escolarização e educação do campo; educação especial, cultura e construções identitárias do homem pantaneiro; a diversidade em perspectiva histórica das instituições escolares e a formação de professores da Educação Básica. A pesquisa sobre a diversidade tem sua relevância na necessidade de promover a visibilidade que esses grupos requerem no processo de escolarização e de inclusão social, bem como, em razão do objetivo principal das políticas públicas nacionais. Considerando que a UEMS é precursora das ações afirmativas, no Estado e desenvolve um trabalho de Pós-Graduação "lato sensu" de destaque nos diversos municípios em que atua, o grupo de pesquisa tem como objetivo ampliar as discussões sobre a diversidade com vista à formação de professores preparados para atuarem no ensino fundamental e médio com a inclusão social. Os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores contam com recursos financeiros da Fundect e do CNPq.
Eventos Científicos	Anuais	Os eventos foram desenvolvidos objetivando a intensificação da relação Graduação X Pós-Graduação, por meio de atividades que conectam Iniciação Científica, elaboração de TCCs e participação em projetos de pesquisa, ensino e extensão. Também visam o fortalecimento da proposta do Mestrado em Letras, bem como o aprofundamento das linhas de pesquisa em Letras presentes no Curso.
Grupo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos		<p>Líder: Prof Msc Antonio Carlos Santana de Souza</p> <p>O objetivo do Grupo de Pesquisa e Estudos Sociolinguísticos e Dialetológicos será, através do intercâmbio, ensino e da pesquisa interdisciplinar e interinstitucional, contribuir para o conhecimento de comunidades de fala. O GPESD da UEMS será um centro de estudos e pesquisa cujos professores e pesquisadores trabalharão em conjunto para aprofundar o conhecimento através de discussões e reflexões teóricas multidisciplinares. À Sociolinguística cabe o estudo da variedade linguística a partir de dois pontos de vista: diacrônico e sincrônico. Do ponto de vista diacrônico (histórico), o pesquisador estabelece ao menos dois momentos sucessivos de uma determinada língua, descrevendo-os e distinguindo as variantes em desuso (arcaísmos). Do ponto de vista sincrônico (mesmo plano temporal), o pesquisador pode abordar seu objeto a partir de três pontos de vista: geográfico (ou diatópico), social (ou diastrático) e</p>

		estilístico (contextual ou diafásico). À Dialectologia cabe assumir a tarefa de descrever os diferentes dialetos em que a língua se diversifica no espaço e de lhes estabelecer limites. Desenvolver-se-à também estudos acerca de Linguística Geral e Semiótica.
NuPeQ – Núcleo de Pesquisa em quadrinhos		<p>Líder: Prof. Dr. Nataniel dos Santos Gomes</p> <p>Em 2012 e 2013 prosseguiu com os encontros semanais do NuPeQ para discussão e debate teórico além das orientações de projetos. Como resultado das atividades foram publicados dois livros (1) Quadrinhos e Transdisciplinaridade e (2) Para o Alto e Avante. Os textos estão ligados a relação dos quadrinhos com o ensino, com o cinema, com a religião, com a leitura de clássicos, com a Análise do Discurso, com a Semiótica, com a Comunicação de Massa e outros temas. Além dos livros, foram publicados diversos artigos em revistas acadêmicas de todo o país. O grupo organizou duas Jornadas de Filologia na UEMS - UUCG com diversos trabalhos ligados à linguagem e aos quadrinhos. É importante ressaltar que o grupo está vinculado ao Programa de Mestrado Acadêmico em Letra e ao Mestrado Profissional em Letras da UEMS-Campo Grande-MS</p>
ATENDIMENTO PSICOLÓGICO – COMEÇO EM 2014		Atendimento psicológico para alunos e professores realizados por profissional lotado na UUCG - JANIS

IX. SETORES PARCEIROS

Cantina – sim

Fotocopiadora – sim

Número de funcionários

Professores / funcionários

Nº de professores	15
Nº de funcionários	3

X. ANÁLISE DAS AÇÕES

Objetivos	Ações Realizadas	Resultados		Observações
		Potencialidades	Fragilidades	
Aproximar Graduação e Pós-Graduação	Grupos de pesquisa atuantes	Criação dos Programas de Mestrado	Grupos em fortalecimento	
Criar corpo docente apropriado ao curso	<ul style="list-style-type: none"> - lotação segundo critérios do PDI 2009/2013, isto é, lotação voltada para a subárea específica de pesquisa docente. - solicitação de concurso para as áreas de língua e literatura espanhola e portuguesa (lingüística e literatura) 	<ul style="list-style-type: none"> - os critérios de lotação beneficiam o curso no tocante à pesquisa. - 	<ul style="list-style-type: none"> - vinda de professores da própria IES segundo ranking de produção científica 	
- permanência de alunos no Bacharelado	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivo à realização de IC e extensão com bolsas - divulgação intensa das políticas de permanência 		<ul style="list-style-type: none"> - aluno com perfil de alunos trabalhadores, com dificuldades para frequência no período vespertino. 	
Prédio adequado ao funcionamento do Curso	<ul style="list-style-type: none"> - planejamento em conjunto com a IES da ampliação da Unidade 			

XI. PROPOSTA DA CPA PARA 2015/2016

- A. Intensificar a parceria Fundação de Cultura/TVE; b. realização de parcerias com a comunidade, SED e SEMED, bem como com escolas e Universidade privadas, c. realização de concursos e seleções docentes, d. Reformulação do PP, e. equipagem dos laboratórios, f. compra de livro da bibliografia básica, g. realização de monitorias nas primeiras séries, h. Realização de evento UEMS/Fundação de Cultura. i. Aplicação da verba do Edital 25/2015 Fundect em eventos, viagens, monitoriais, projetos de pesquisa e equipamentos para o Curso.

ANEXO I - ORIENTAÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

2.1. O presente instrumento de avaliação encontra-se estruturado em 5 **dimensões**: **1. Organização didático-pedagógica, 2. Corpo docente, 3. Infraestrutura, 4. Participação e Intervenção social; 5. Entrevistas**

2.2. Os **indicadores** são aspectos (quantitativos e qualitativos) que possibilitam obter evidências concretas que, de forma simples ou complexa, caracterizam a realidade dos múltiplos elementos institucionais que retratam. O julgamento de cada um dos indicadores é feito a partir dos padrões que servem de base para comparação, denominados **Critérios de Análise para emissão de conceitos**, constante do Anexo I.

2.3. Os **critérios** estão dispostos na ordem crescente, do conceito 1 ao conceito 5. Os avaliadores devem verificar se a realidade do curso atende ao que está detalhado no conceito 5, que expressa a situação de maior valor para o indicador; caso não o satisfaça, os avaliadores devem verificar se esta realidade atende ao conceito 4 e, assim, sucessivamente. Desta forma, **a cada indicador cabe um conceito específico (número inteiro na escala de 5 a 1).**

2.4. O juízo de valor sobre o nível de atendimento de cada critério deverá ser construído a partir das múltiplas fontes de informações disponíveis para o processo de avaliação: documentação institucional, informações qualitativas e quantitativas, visita *in loco*, entrevistas e reuniões com grupos focais.

2.5. Cabe destacar que a possibilidade de interferência dos avaliadores na transformação das médias em conceitos ocorre quando as médias dos indicadores se encontram em pontos intermediários entre dois valores inteiros (decimais 0.4 e 0.7). A interferência tem por objetivo possibilitar aos avaliadores atribuírem conceitos a maior ou a menor que a média apurada. **O**

conceito de cada indicador deve ser lançado diretamente pelos avaliadores na coluna pertinente ao indicador avaliado da correspondente dimensão.

2.6. O conceito atribuído a cada dimensão é calculado em duas etapas: (a) cálculo da **média aritmética simples dos conceitos dos indicadores** pertinentes; (b) transformação das médias das dimensões em conceitos (NÚMEROS INTEIROS), por meio de **aproximações realizadas com a interferência dos avaliadores**, de acordo com a "Matriz de Associação para Atribuição de Conceitos" (quadro 1).

2.7. Os procedimentos para atribuição dos conceitos às dimensões são análogos aos procedimentos descritos para os indicadores. **O conceito de cada dimensão deve ser lançado pelos avaliadores na coluna "Média da Dimensão" do Instrumento de Avaliação.**

2.8. No instrumento, após a emissão dos conceitos de cada indicador e a média da dimensão correspondente, existem três **campos complementares a serem preenchidos**: *Forças/Potencialidades* (práticas bem sucedidas nessa dimensão), *Fragilidades/aspectos a serem melhorados* (aspectos identificados como omissões e equívocos) e o campo *Recomendações* (aspectos que requerem empenho para transformar as fragilidades percebidas em potencialidades e subsidiar a tomada de decisões sobre ações a serem implementadas, a curto, a médio e a longo prazo).

2.9. A Planilha "**Requisitos Legais e Normativos**" é composta de treze itens regulatórios, de atendimento obrigatório pela IES.

2.10. Após o registro do cumprimento ou não do dispositivo legal por parte da Instituição, existem dois **campos a serem preenchidos**: *Relato Global de Análise pelos avaliadores, dos dispositivos legais e normativos* (análise geral e conclusiva quanto ao atendimento dos dispositivos legais) e *Considerações Finais da Comissão de Avaliação* análise geral e conclusiva, coerente com os conceitos atribuídos e de forma a refletir com clareza a opinião dos avaliadores, verificando demandas e necessidades inadiáveis para o curso, com proposição de recomendações com vistas à melhoria da qualidade.

2.11. A atribuição do **conceito final da avaliação para o curso**, também em escala de 1 a 5, é resultado dos conceitos atribuídos às dimensões. Ele é determinado pela média aritmética ponderada (quadro 2) das médias aritméticas simples de cada uma das três dimensões. A transformação da média aritmética ponderada em conceitos ocorre por meio de aproximações realizadas com a interferência dos avaliadores, conforme já descrito (quadro 1).

2.12. Consultar o Glossário sempre que se fizer necessário.

2.13. O Instrumento reserva campos específicos para local, data e identificação da Comissão que efetuou a avaliação.

Quadro 1.

Matriz de Associação
para Atribuição de
Conceitos

Média dos Indicadores (m)	Conceito
$1,0 \leq m < 1,4$	1
$1,4 \leq m \leq 1,7$	1 ou 2*
$1,7 < m < 2,4$	2
$2,4 \leq m \leq 2,7$	2 ou 3*
$2,7 < m < 3,4$	3
$3,4 \leq m \leq 3,7$	3 ou 4*
$3,7 < m < 4,4$	4
$4,4 \leq m \leq 4,7$	4 ou 5*
$4,7 < m \leq 5,0$	5
* a critério dos avaliadores	

Quadro 2.

Ponderações para
o cálculo conceito final da
avaliação para o Curso.

Dimensão Avaliada	Peso
1	1
2	1
3	1
4	1
5	1

QUADRO 3

DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO	QUANTIDADE DE INDICADORES	Pesos
1 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.	30	1
2 - CORPO DOCENTE.	21	1
3 - INFRAESTRUTURA	21	1
4 – PARTICIPAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL DO CURSO	7	1
5 – AVALIAÇÃO DISCENTE E DOCENTE		1
TOTAL		

ORIENTAÇÕES GERAIS

Este Instrumento de Avaliação foi formulado e aprovado pelo CEE/MS, a partir de adequações do "Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – presencial e a distância" do INEP, com fundamento na Lei nº 10.861/2004 (SINAES).

O resultado da avaliação decorrente da utilização deste instrumento subsidia a concessão de atos autorizativos de reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores de tecnologia, de licenciatura e de bacharelado, presencial e a distância.

Os avaliadores deverão:

1. Adotar os critérios de análise dos respectivos indicadores das dimensões;
2. Atribuir conceitos de 1 a 5, a cada um dos indicadores das três dimensões da seguinte forma:

Conceito	Descrição
1	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito NÃO EXISTENTE .
2	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito INSUFICIENTE .
3	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito SUFICIENTE .
4	Quando os indicadores da dimensão avaliada configuram um conceito MUITO BOM/MUITO BEM .

3. Manter coerência do conceito atribuído aos indicadores com a análise qualitativa;
4. Registrar no quadro próprio, as recomendações relativas a cada dimensão, de forma coerente com as forças/potencialidades e fragilidades/aspectos a serem melhorados que foram identificados, com base nos conceitos atribuídos aos indicadores;
5. Registrar, no quadro **Considerações Finais da Comissão de Avaliadores**, análise geral e conclusiva, coerente com os conceitos atribuídos e de forma a refletir com clareza a opinião dos avaliadores, verificando demandas e necessidades para o curso, com proposição de recomendações com vistas à melhoria da qualidade.
6. Consultar o glossário sempre que necessário;
7. Preencher todos os itens da contextualização da IES e do curso, a síntese preliminar e a identificação da Comissão de Avaliação;
8. Calcular o Conceito do Curso (CC), com base na média aritmética ponderada dos conceitos das dimensões, os quais são resultados da média aritmética simples dos indicadores das respectivas dimensões.
9. Utilizar o recurso Não Se Aplica (NSA), quando o indicador não estiver sujeito à avaliação. Neste caso, o indicador não será considerado no cálculo da média da dimensão.
10. Atribuir o termo Não Se Aplica (NSA), após compatibilizar o teor do indicador com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), o Plano de Desenvolvimento (PDI), as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e normas do CEE/MS. O NSA deverá ser justificado pelo avaliador.
11. Atentar para o fato de que cada indicador apresenta predominantemente um objeto de análise.

ANEXO II CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DAS DIMENSÕES 1, 2 e 3.

DIMENSÃO 1	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO
-------------------	---

Fontes de Consulta: Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Pedagógico do Curso, Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.1. Contexto educacional	1	Quando o PPC não contempla as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	2	Quando o PPC contempla, de maneira insuficiente , as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	3	Quando o PPC contempla, de maneira suficiente , as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	4	Quando o PPC contempla muito bem as demandas efetivas de natureza econômica e social.
	5	Quando o PPC contempla, de maneira excelente , as demandas efetivas de natureza econômica e social.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.2. Políticas institucionais no âmbito do curso	1	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI não estão previstas/implantadas no âmbito do curso.
	2	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , no âmbito do curso.
	3	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , no âmbito do curso.
	4	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão muito bem previstas/implantadas no âmbito do curso.
	5	Quando as políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa (esta última, quando for o caso) constantes no PDI estão

	previstas/implantadas, de maneira excelente , no âmbito do curso.
--	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.3. Objetivos do curso	1	Quando os objetivos do curso não apresentam coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	2	Quando os objetivos do curso apresentam insuficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	3	Quando os objetivos do curso apresentam suficiente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	4	Quando os objetivos do curso apresentam muito boa coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.
	5	Quando os objetivos do curso apresentam excelente coerência, em uma análise sistêmica e global, com os aspectos: perfil profissional do egresso, estrutura curricular e contexto educacional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4. Perfil profissional do egresso	1	Quando o perfil profissional não expressa as competências do egresso.
	2	Quando o perfil profissional expressa, de maneira insuficiente , as competências do egresso.
	3	Quando o perfil profissional expressa, de maneira suficiente , as competências do egresso.
	4	Quando o perfil profissional expressa muito bem as competências do egresso.
	5	Quando o perfil profissional expressa, de maneira excelente , as competências do egresso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.5. Estrutura curricular (Considerar como critério de análise também a pesquisa e a extensão, caso estejam contempladas no PPC)	1	Quando a estrutura curricular prevista/implantada não contempla , em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.
	2	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira insuficiente , em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática, e nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.
	3	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira suficiente , em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.
	4	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, muito bem , em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.
	5	Quando a estrutura curricular prevista/implantada contempla, de maneira excelente , em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos a distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.6. Conteúdos curriculares	1	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados não possibilitam o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma

		análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.
	2	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira insuficiente , o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.
	3	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira suficiente , o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.
	4	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, muito bem , o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.
	5	Quando os conteúdos curriculares previstos/implantados possibilitam, de maneira excelente , o desenvolvimento do perfil profissional do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: atualização, adequação das cargas horárias (em horas) e adequação da bibliografia.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.7. Metodologia	1	Quando as atividades pedagógicas não apresentam coerência com a metodologia prevista/implantada.
	2	Quando as atividades pedagógicas apresentam insuficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	3	Quando as atividades pedagógicas apresentam suficiente coerência com a metodologia prevista/implantada.
	4	Quando as atividades pedagógicas apresentam muito boa coerência com a metodologia prevista/implantada.
	5	Quando as atividades pedagógicas apresentam excelente coerência com a metodologia prevista/implantada.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.8. Estágio curricular supervisionado (NSA para cursos que não contemplam estágio no PPC e	1	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.
	3	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está

que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não prevêm a obrigatoriedade de estágio supervisionado)		regulamentado/institucionalizado, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.
	4	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.
	5	Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, previsão/existência de convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.9. Atividades complementares (NSA para cursos que não contemplam atividades complementares no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não prevêm a obrigatoriedade de atividades complementares)	1	Quando as atividades complementares previstas/implantadas não estão regulamentadas/institucionalizadas.
	2	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/ institucionalizadas, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	3	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/ institucionalizadas, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	4	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão muito bem regulamentadas/institucionalizadas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.
	5	Quando as atividades complementares previstas/implantadas estão regulamentadas/ institucionalizadas, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, diversidade de atividades e formas de aproveitamento.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.10. Trabalho de conclusão de curso (TCC) (NSA para cursos que não contemplam TCC no PPC e que não possuem diretrizes curriculares nacionais ou suas diretrizes não preveem a obrigatoriedade de TCC)	1	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado não está regulamentado/institucionalizado.
	2	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.
	3	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.
	4	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.
	5	Quando o trabalho de conclusão de curso previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.11. Apoio ao discente	1	Quando não existe programa de apoio ao discente previsto ou implantado.
	2	Quando o apoio ao discente previsto/implantado contempla, de maneira insuficiente , os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.
	3	Quando o apoio ao discente previsto/implantado contempla, de maneira suficiente , os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.
	4	Quando o apoio ao discente previsto/implantado contempla muito bem os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.
	5	Quando o apoio ao discente previsto/implantado contempla, de maneira excelente , os programas de apoio extraclasse e psicopedagógico, de atividades de nivelamento e extracurriculares não computadas como atividades complementares e de participação em centros acadêmicos e em intercâmbios.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.12. Ações decorrentes dos processos de avaliação do curso	1	Quando não há ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras) no âmbito do curso.
	2	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira insuficiente .
	3	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira suficiente .
	4	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão muito bem previstas/implantadas.
	5	Quando as ações acadêmico-administrativas, em decorrência das autoavaliações e das avaliações externas (avaliação de curso, ENADE, CPC e outras), no âmbito do curso, estão previstas/implantadas de maneira excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.13. Atividades de tutoria (NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância, conforme portaria 4.059 de 10 de dezembro de 2004).	1	Quando não há o desenvolvimento de atividades de tutoria (presencial e a distância).
	2	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira insuficiente , às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	3	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira suficiente , às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	4	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem muito bem às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.
	5	Quando as atividades de tutoria previstas/implantadas atendem, de maneira excelente , às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.14. Tecnologias de informação e comunicação – TICs – no processo ensino-aprendizagem	1	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem não permitem executar o projeto pedagógico do curso.
	2	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira insuficiente , o projeto pedagógico do curso.
	3	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira suficiente , o projeto pedagógico do curso.
	4	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar muito bem o projeto pedagógico do curso.
	5	Quando as tecnologias de informação e comunicação (TICs) previstas/implantadas no processo de ensino-aprendizagem permitem executar, de maneira excelente , o projeto pedagógico do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.15. Material didático institucional	1	Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, não permite executar a formação definida no projeto pedagógico do curso.

<p>(NSA para cursos presenciais que não contemplam material didático institucional no PPC, obrigatório para cursos a distância).</p>	<p>2</p>	<p>Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, de maneira insuficiente, a formação definida no projeto pedagógico do curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.</p>
	<p>3</p>	<p>Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, de maneira suficiente, a formação definida no projeto pedagógico do curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.</p>
	<p>4</p>	<p>Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, muito bem, a formação definida no projeto pedagógico do curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.</p>
	<p>5</p>	<p>Quando o material didático institucional previsto/implantado, disponibilizado aos estudantes, permite executar, de maneira excelente, a formação definida no projeto pedagógico do curso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: abrangência, bibliografia adequada às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.</p>

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.16. Mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes (NSA para cursos presenciais que não contemplam mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes no PPC, obrigatório para cursos a distância).	1	Quando não há mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes.
	2	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem, de maneira insuficiente , às propostas do curso.
	3	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem, de maneira suficiente , às propostas do curso.
	4	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem muito bem às propostas do curso.
	5	Quando os mecanismos de interação entre docentes, tutores e estudantes previstos/implantados atendem, de maneira excelente , às propostas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.17. Procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem	1	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem não atendem à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	2	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira insuficiente , à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	3	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira suficiente , à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	4	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, muito bem , à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.
	5	Quando os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de ensino-aprendizagem atendem, de maneira excelente , à concepção do curso definida no seu Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>1.18. Número de vagas</p> <p>(Para os cursos de Medicina, considerar também como critério de análise: disponibilidade de serviços assistenciais, incluindo hospital, ambulatório e centro de saúde, com capacidade de absorção de um número de alunos equivalente à matrícula total prevista para o curso; a previsão de 5 ou mais leitos na (s) unidade (s) hospitalar (es) própria (s) ou conveniada (s) para cada vaga oferecida no vestibular do curso, resultando em um egresso treinado em urgência e emergência; atendimento primário e secundário capaz de diagnosticar e tratar as principais doenças e apto a referir casos que necessitem cuidados especializados)</p>	1	Quando o número de vagas previstas/implantadas não corresponde à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.
	2	Quando o número de vagas previstas/implantadas corresponde, de maneira insuficiente , à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.
	3	Quando o número de vagas previstas/implantadas corresponde, de maneira suficiente , à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.
	4	Quando o número de vagas previstas/implantadas atende muito bem à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.
	5	Quando o número de vagas previstas/implantadas corresponde, de maneira excelente , à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.19. Integração com as redes públicas de ensino (Obrigatório para as Licenciaturas, NSA para os demais que não contemplam integração com as redes públicas de ensino no PPC).	1	Quando não existem ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino.
	2	Quando as ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino estão previstos/implantados com abrangência e consolidação insuficiente .
	3	Quando as ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino estão previstos/implantados com abrangência e consolidação suficiente .
	4	Quando as ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino estão muito bem previstos/implantados com abrangência e consolidação.
	5	Quando as ações ou convênios que promovam integração com as escolas da educação básica das redes públicas de ensino estão previstos/implantados com abrangência e consolidação excelente .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.20. Integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS (Obrigatório para o curso de Medicina e para os demais cursos da área de saúde que contemplam integração com o sistema local e regional de saúde e o SUS no PPC, serão revistos os	1	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS não está formalizada por meio de convênio.
	2	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS formalizada por meio de convênio é insuficiente sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de mais de 4, atendendo aos princípios éticos da formação e atuação profissional.
	3	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS formalizada por meio de convênio é suficiente sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de no máximo 4, atendendo aos princípios éticos da formação e atuação profissional.
	4	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS formalizada por meio de convênio é muito boa sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de no máximo 3, atendendo aos princípios éticos da formação e

quantitativos de acordo com as normas regulamentadoras das profissões e DCNs)		atuação profissional.
	5	Quando a integração do curso com o sistema de saúde local e regional e o SUS formalizada por meio de convênio é excelente sendo a relação alunos/paciente ambulatorial/docente ou preceptor não professor do curso de no máximo 2, atendendo aos princípios éticos da formação e atuação profissional.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.21. Ensino na área de saúde Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos	1	Quando a IES oferece menos de 2 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).
	2	Quando a IES oferece pelo menos 2 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).
	3	Quando a IES oferece pelo menos 4 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, e que, no último ciclo avaliativo, alcançaram no mínimo conceito 4 no ENADE e no CPC (quando houver).
	4	Quando a IES oferece pelo menos 5 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).
	5	Quando a IES oferece pelo menos 6 cursos de graduação na área de saúde reconhecidos, com conceito mínimo 4 (quatro) no ENADE e no CPC (quando houver).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.22. Atividades práticas de ensino Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos.	1	Quando não estão previstas/implantadas atividades práticas de formação.
	2	Quando estão previstas/implantadas, de maneira insuficiente , atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva, ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
	3	Quando estão previstas/implantadas, de maneira suficiente , atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva, ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
	4	Quando estão previstas/implantadas, muito bem , atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva, ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.
	5	Quando estão previstas/implantadas, de maneira excelente , atividades práticas de formação priorizando o enfoque de atenção básica, especialmente nas áreas de clínica médica, cirurgia, pediatria, saúde coletiva, ginecologia e obstetrícia, em unidades básicas de saúde, ambulatorios (de nível secundário e terciário) ou unidades de internação, considerando a perspectiva da hierarquização dos serviços de saúde e da atenção médica, supervisionadas pelos docentes das respectivas disciplinas.

Fontes de Consulta: Projeto Pedagógico do Curso e Documentação Comprobatória.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.1. Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	1	Quando o NDE não está previsto/implantado.
	2	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC.
	3	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC.
	4	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC.
	5	Quando a atuação do NDE previsto/implantado é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: concepção, acompanhamento, consolidação e avaliação do PPC.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.2. Atuação do (a) coordenador (a)	1	Quando não há atuação do (a) coordenador (a) do curso.
	2	Quando a atuação do (a) coordenador (a) é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.
	3	Quando a atuação do (a) coordenador (a) é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.
	4	Quando a atuação do (a) coordenador (a) é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.
	5	Quando a atuação do (a) coordenador (a) é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: gestão do curso, relação com os docentes e discentes e representatividade nos colegiados superiores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.3. Experiência do (a) coordenador (a) do curso em cursos a distância	1	Quando o (a) coordenador (a) possui menos de 1 ano de experiência em cursos a distância.
	2	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 1 ano e menor que 2 anos.
	3	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência em cursos a distância

(Indicador específico para cursos a distância)		maior ou igual a 2 anos e menor que 3 anos.
	4	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 3 anos e menor que 4 anos.
	5	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência em cursos a distância maior ou igual a 4 anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.4. Experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica do (a) coordenador (a)	1	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, menor que 1 ano ou menos de 1 ano de magistério superior .
	2	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 1 ano e menor que 4 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior .
	3	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 4 anos e menor que 7 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior .
	4	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 7 anos e menor que 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior .
	5	Quando o (a) coordenador (a) possui experiência profissional, de magistério superior e de gestão acadêmica, somadas, maior ou igual a 10 anos sendo, no mínimo, 1 ano de magistério superior .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.5. Regime de trabalho do (a) coordenador (a) do curso (NSA para cursos a distância, obrigatório para cursos presenciais).	1	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do (a) coordenador (a) não é de tempo parcial ou integral ; ou a relação entre o número de vagas anuais pretendidas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 25 , ou não é respeitado o limite mínimo de 10 horas semanais dedicadas à coordenação do curso.
	2	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do (a) coordenador (a) é de tempo parcial ou integral , sendo que a relação entre o número de vagas anuais pretendidas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 20 e menor ou igual a 25 .
	3	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do (a) coordenador (a) é de tempo parcial ou integral , sendo que a relação entre o número de vagas anuais pretendidas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 15 e menor ou igual a 20 .
	4	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do (a) coordenador (a) é de tempo parcial ou integral , sendo que a relação entre o número de vagas anuais pretendidas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é maior que 10 e menor ou igual a 15 .
	5	Quando o regime de trabalho previsto/implantado do (a) coordenador (a) é de tempo parcial ou integral , sendo que a relação entre o número de vagas anuais pretendidas/autorizadas e as horas semanais dedicadas à coordenação é menor ou igual a 10 .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
-----------	----------	---------------------

	to	
2.6. Carga horária de coordenação de curso (NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância)	1	Quando a carga horária prevista/implantada para o (a) coordenador (a) for menor que 10 horas .
	2	Quando a carga horária prevista/implantada para o (a) coordenador (a) do curso for maior ou igual a 10 e menor que 15 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	3	Quando a carga horária prevista/implantada para (a) o coordenador (a) do curso for maior ou igual a 15 e menor que 20 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	4	Quando a carga horária prevista/implantada para o (a) coordenador (a) do curso for maior ou igual a 20 e menor que 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.
	5	Quando a carga horária prevista/implantada para o (a) coordenador (a) do curso for maior ou igual a 25 horas semanais dedicadas totalmente à coordenação.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.7. Titulação do corpo docente do curso	1	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é menor que 15% .
	2	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 15% e menor que 30% .
	3	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 30% e menor que 50% .
	4	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 50% e menor que 75% .
	5	Quando o percentual dos docentes do curso com titulação obtida em programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> é maior ou igual a 75% .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.8. Titulação do corpo docente do	1	Quando não há doutores do curso.
	2	Quando o percentual de doutores do curso é menor ou igual a 10% .

curso – percentual de doutores	3	Quando o percentual de doutores do curso é maior que 10% e menor ou igual a 20%.
	4	Quando o percentual de doutores do curso é maior que 20% e menor ou igual a 35%.
	5	Quando o percentual de doutores do curso é maior que 35%.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.9. Regime de trabalho do corpo docente do curso (Para os cursos de Medicina, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 50% Conceito 2 – maior ou igual a 50% e menor que 60% Conceito 3 – maior ou igual a 60% e menor que 70% Conceito 4 – maior ou igual a 70% e menor que 80% Conceito 5 – maior ou igual a 80%)	1	Quando o percentual do corpo docente previsto/efetivo com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é menor que 20% .
	2	Quando o percentual do corpo docente previsto/efetivo com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 20% e menor que 33% .
	3	Quando o percentual do corpo docente previsto/efetivo com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 33% e menor que 60% .
	4	Quando o percentual do corpo docente previsto/efetivo com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual a 60% e menor que 80% .
	5	Quando o percentual do corpo docente previsto/efetivo com regime de trabalho de tempo parcial ou integral é maior ou igual que 80% .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>2.10. Experiência profissional do corpo docente (NSA para egressos de cursos de licenciatura). (Para os cursos de Medicina, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 40% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 2 – maior ou igual a 40% e menor que 50% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 3 – maior ou igual a 50% e menor que 60% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 4 – maior ou igual a 60% e menor que 70% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 5 – maior ou igual a 70% possui, pelo menos, 5 anos)</p>	1	Quando um contingente menor que 20% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 20% e menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 80% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 80% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência profissional (excluída as atividades no magistério superior) de, pelo menos, 2 anos para bacharelados/licenciaturas ou 3 anos para cursos superiores de tecnologia.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>2.11. Experiência no exercício da docência na educação básica (Obrigatório para cursos de</p>	1	Quando um contingente menor que 20% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 20% e menor que 30% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 30% e menor que 40% do corpo

licenciatura, NSA para os demais).		docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 50% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 50% do corpo docente previsto/efetivo tem, pelo menos, 3 anos de experiência no exercício da docência na educação básica.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.12. Experiência de magistério superior do corpo docente (Para os cursos de Medicina, os critérios de análise passam a figurar da seguinte maneira: Conceito 1 – menor que 40% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 2 – maior ou igual a 40% e menor que 50% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 3 – maior ou igual a 50% e menor que 60% possui, pelo menos, 5	1	Quando um contingente menor que 20% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	2	Quando um contingente maior ou igual a 20% e menor que 40% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	3	Quando um contingente maior ou igual a 40% e menor que 60% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	4	Quando um contingente maior ou igual a 60% e menor que 80% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.
	5	Quando um contingente maior ou igual a 80% do corpo docente previsto/efetivo possui experiência de magistério superior de, pelo menos, 3 anos para bacharelados/licenciaturas ou 2 anos para cursos superiores de tecnologia.

anos Conceito 4 – maior ou igual a 60% e menor que 70% possui, pelo menos, 5 anos Conceito 5 – maior ou igual a 70% possui, pelo menos, 5 anos)		
---	--	--

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.13. Relação entre o número de docentes e o número de estudantes NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância (relação entre o nº. de docentes e o nº. de estudantes equivalente 40h em dedicação à EAD)	1	Quando a média entre o número de docentes do curso (equivalentes 40h) e o número de vagas previstas/implantadas é de 1 docente para 161 vagas ou mais.
	2	Quando a média entre o número de docentes do curso (equivalentes 40h) e o número de vagas previstas/implantadas é de 1 docente para 151 a 160 vagas.
	3	Quando a média entre o número de docentes do curso (equivalentes 40h) e o número de vagas previstas/implantadas é de 1 docente para 141 a 150 vagas.
	4	Quando a média entre o número de docentes do curso (equivalentes 40h) e o número de vagas previstas/implantadas é de 1 docente para 131 a 140 vagas.
	5	Quando a média entre o número de docentes do curso (equivalentes 40h) e o número de vagas previstas/implantadas é de 1 docente para 130.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.14. Funcionamento do colegiado de curso ou equivalente	1	Quando o colegiado não está previsto/implantado.
	2	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/ institucionalizado, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	3	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/ institucionalizado, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
	4	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está muito bem regulamentado/institucionalizado considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.

	5	Quando o funcionamento do colegiado previsto/implantado está regulamentado/ institucionalizado, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: representatividade dos segmentos, periodicidade das reuniões, registros e encaminhamento das decisões.
--	---	--

Indicador	Conceito	Critério
2.15. Produção científica, cultural, artística ou tecnológica.	1	Quando menos de 50% dos docentes não têm produção nos últimos 3 anos.
	2	Quando pelo menos 50% dos docentes têm entre 1 a 3 produções nos últimos 3 anos.
	3	Quando pelo menos 50% dos docentes têm entre 4 a 6 produções nos últimos 3 anos.
	4	Quando pelo menos 50% dos docentes têm entre 7 a 9 produções nos últimos 3 anos.
	5	Quando pelo menos 50% dos docentes têm mais de 9 produções nos últimos 3 anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.16. Titulação e formação do corpo de tutores do curso NSA para cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância, conforme Portaria 4.059/2004.	1	Quando existem tutores não graduados .
	2	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados .
	3	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área .
	4	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área , sendo que, no mínimo, 30% têm titulação obtida em programas de pós-graduação lato sensu .
	5	Quando todos os tutores previstos/efetivos são graduados na área , sendo que, no mínimo, 30% têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu .

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.17. Experiência do corpo de tutores em	1	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 anos em cursos a distância é menor que 40% .

educação a distância NSA p/ cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância, conforme Portaria 4.059/ 2004.	2	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 anos em cursos a distância é maior ou igual a 40% e menor que 50%.
	3	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 anos em cursos a distância é maior ou igual a 50% e menor que 60%.
	4	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 anos em cursos a distância é maior ou igual a 60% e menor que 70%.
	5	Quando o percentual de tutores do curso previstos/efetivos que possui experiência mínima de 3 anos em cursos a distância é maior ou igual a 70%.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.18. Relação docentes e tutores – presenciais e a distância – por estudante NSA p/ cursos presenciais. Obrigatório para cursos a distância e presenciais, reconhecidos, que ofertam até 20% da carga horária total do curso na modalidade a distância, conforme Portaria 4.059 /2004.	1	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 60.
	2	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 50 e menor ou igual a 60.
	3	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 40 e menor ou igual a 50.
	4	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é maior que 30 e menor ou igual a 40.
	5	Quando a relação entre o número de estudantes e o total de docentes mais tutores (presenciais e a distância) previstos/contratados é menor ou igual a 30.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
------------------	-----------------	----------------------------

	to	
2.19. Responsabilidade docente pela supervisão da assistência médica Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos.	1	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes que se responsabiliza pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é menor que 25% .
	2	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes que se responsabiliza pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 25% e menor que 50% , sendo que, destes, pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.
	3	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes que se responsabiliza pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 50% e menor que 75% , sendo que, destes, pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.
	4	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes que se responsabiliza pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 75% e menor que 90% , sendo que, destes, pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.
	5	Quando a porcentagem dos docentes responsáveis pelas atividades de ensino envolvendo pacientes que se responsabiliza pela supervisão da assistência médica a elas vinculadas é maior ou igual a 90% , sendo que, destes, pelo menos 30% dos docentes supervisionam e são responsáveis pelos serviços clínico-cirúrgicos frequentados pelos alunos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
2.20. Núcleo de apoio pedagógico e experiência docente Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos.	1	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente não está previsto/implantado, ou quando menos de 6 das áreas do curso estão representadas no núcleo existente.
	2	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 2 anos de experiência docente, ou não cobre todas as áreas temáticas do curso.
	3	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 3 anos de experiência docente, cobrindo todas as áreas temáticas do curso.
	4	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 4 anos de experiência docente, cobrindo todas as áreas temáticas do curso.
	5	Quando o núcleo de apoio pedagógico e experiência docente previsto/implantado é composto por docentes do curso com, no mínimo, 5 anos de experiência docente, cobrindo todas as áreas temáticas do curso.

DIMENSÃO 3**INFRAESTRUTURA**

Fontes de Consulta: Projeto Pedagógico do Curso, Diretrizes Curriculares Nacionais, quando houver e Documentação Comprobatória.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.1. Espaços de trabalho para professores Tempo Integral – TI	1	Quando não existem espaços de trabalho implantados para os docentes em tempo integral.
	2	Quando os espaços de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando os espaços de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando os espaços de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são muito bons considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	5	Quando os espaços de trabalho implantados para os docentes em tempo integral são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
------------------	-----------------	----------------------------

	to	
3.2. Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos	1	Quando não existe espaço específico para as atividades de coordenação do curso.
	2	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários e atendimento aos alunos e aos professores.
	3	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete individual para coordenador, número de funcionários e atendimento aos alunos e aos professores.
	4	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é muito bom considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários e atendimento aos alunos e aos professores.
	5	Quando o espaço destinado às atividades de coordenação é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: dimensão, equipamentos, conservação, gabinete para coordenador, número de funcionários e atendimento aos alunos e aos professores.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.3. Sala de professores NSA para IES que possui espaços de trabalho para 100% dos docentes do curso.	1	Quando não existe sala de professores implantada para os docentes do curso.
	2	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é insuficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é suficiente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de

	professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
4	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é muito boa considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
5	Quando a sala de professores implantada para os docentes do curso é excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.4. Salas de aula	1	Quando as salas de aula implantadas no curso não têm condições de funcionamento.
	2	Quando as salas de aula implantadas para o curso são insuficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	3	Quando as salas de aula implantadas para o curso são suficientes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.
	4	Quando as salas de aula implantadas para o curso são muito boas considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e

		comodidade.
	5	Quando as salas de aula implantadas para o curso são excelentes considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidades e número de alunos por turma, disponibilidade de equipamentos, dimensões em função das vagas previstas/autorizadas, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.5. Acesso dos alunos a equipamentos de informática	1	Quando não há meios implantados de acesso à informática para o curso.
	2	Quando os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, de maneira insuficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.
	3	Quando os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, de maneira suficiente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.
	4	Quando os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, muito bem , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.
	5	Quando os laboratórios ou outros meios implantados de acesso à informática para o curso atendem, de maneira excelente , considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: quantidade de equipamentos relativa ao número total de usuários, acessibilidade, velocidade de acesso à internet, política de atualização de equipamentos e

		softwares e adequação do espaço físico.
Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.6. Bibliografia básica Nos cursos que possuem acervo virtual (pelo menos 1 título virtual por unidade curricular), a proporção de alunos por exemplar físico passam a figurar da seguinte maneira para os conceitos 3, 4 e 5: Conceito 3 – 13 a 19 vagas anuais Conceito 4 – de 6 a 13 vagas anuais Conceito 5 – menos de 6 vagas anuais)	1	Quando o acervo da bibliografia básica não está disponível; ou quando está disponível na proporção média de um exemplar para 20 ou mais vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo; ou quando o acervo existente não está informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES; ou quando não existe um mínimo de três títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 15 a menos de 20 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	3	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 10 a menos de 15 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	4	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para a faixa de 5 a menos de 10 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.
	5	Quando o acervo da bibliografia básica, com no mínimo três títulos por unidade curricular, está disponível na proporção média de um exemplar para menos de 5 vagas anuais pretendidas/autorizadas, de cada uma das unidades curriculares, de todos os cursos que efetivamente utilizam o acervo, além de estar informatizado e tombado junto ao patrimônio da IES.

Indicador	Concei to	Critério de Análise
3.7. Bibliografia complementar	1	Quando o acervo da bibliografia complementar não está disponível; ou quando o acervo da bibliografia complementar possui menos de dois títulos por unidade curricular.
	2	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, dois títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	3	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, três títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	4	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, quatro títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.
	5	Quando o acervo da bibliografia complementar possui, pelo menos, cinco títulos por unidade curricular, com dois exemplares de cada título ou com acesso virtual.

Indicador	Concei to	Critério de Análise
3.8. Periódicos especializados	1	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, menor que 5 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, ou com acervo não atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	2	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 5 e menor que 10 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
	3	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 10 e menor que 15 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

4	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 15 e menor que 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.
5	Quando há assinatura/acesso de periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, maior ou igual a 20 títulos distribuídos entre as principais áreas do curso, a maioria deles com acervo atualizado em relação aos últimos 3 anos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.9. Laboratórios Didáticos Especializados: QUANTIDADE NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos. Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca.	1	Quando os laboratórios didáticos especializados não estão implantados; ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.
	2	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira insuficiente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e vagas pretendidas/autorizadas.
	3	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira suficiente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e vagas pretendidas/autorizadas.
	4	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, muito bem , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e vagas pretendidas/autorizadas.
	5	Quando os laboratórios didáticos especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: quantidade de equipamentos adequada aos espaços físicos e alunos vagas pretendidas/autorizadas.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.10. Laboratórios Didáticos Especializados: QUALIDADE NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para cursos a distância, verificar os laboratórios especializados da sede e dos polos. Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca.	1	Quando os laboratórios didáticos especializados não estão implantados; ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.
	2	Quando os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira insuficiente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.
	3	Quando os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira suficiente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.
	4	Quando os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, muito bem , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.
	5	Quando os laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: adequação, acessibilidade, atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.11. Laboratórios Didáticos Especializados: SERVIÇOS NSA para cursos que não utilizam laboratórios especializados. Para cursos a distância, verificar	1	Quando os laboratórios didáticos especializados não estão implantados; ou não existem normas de funcionamento, utilização e segurança.
	2	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira insuficiente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.
	3	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira suficiente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio

os laboratórios especializados da sede e dos polos. Para Pedagogia é obrigatório verificar a Brinquedoteca.		técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.
	4	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, muito bem , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.
	5	Quando os serviços dos laboratórios especializados implantados com respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança atendem, de maneira excelente , em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.
Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.12. Sistema de controle de produção e distribuição de material didático (logística) NSA para cursos presenciais, obrigatório para cursos a distância.	1	Quando não há sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado.
	2	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é insuficiente para atender à demanda real.
	3	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é suficiente para atender à demanda real.
	4	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado atende muito bem à demanda real.
	5	Quando o sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto/implantado é excelente para atender à demanda real.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.13. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades básicas Obrigatório para cursos de direito (presencial e a	1	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas não está previsto/implantado; ou não possui regulamento específico.
	2	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas e atende, de maneira insuficiente , às demandas do curso.
	3	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas

distância), NSA para os demais cursos		simuladas e visitas orientadas e atende, de maneira suficiente , às demandas do curso.
	4	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas e atende muito bem às demandas do curso.
	5	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui regulamento específico destinado à realização de práticas jurídicas simuladas e visitas orientadas e atende, de maneira excelente , às demandas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.14. Núcleo de Práticas Jurídicas: atividades de arbitragem, negociação e mediação Obrigatório para cursos de direito (presencial e a distância). NSA para os demais cursos	1	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas com atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais não está previsto/implantado.
	2	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais com insuficiente atendimento às demandas do curso.
	3	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais com suficiente atendimento às demandas do curso.
	4	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais atende muito bem às demandas do curso.
	5	Quando o Núcleo de Práticas Jurídicas previsto/implantado possui atividades de arbitragem, negociação, conciliação, mediação e atividades jurídicas reais com excelente atendimento às demandas do curso.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.15. Unidades hospitalares de ensino e complexo assistencial Obrigatório para cursos de Medicina, NSA para os demais cursos.	1	Quando a IES não conta com unidade(s) hospitalar (es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de cinco anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos.
	2	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar (es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de cinco anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições insuficientes de formação do estudante de medicina.
	3	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar (es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de cinco anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições suficientes de formação do estudante de medicina.
	4	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar (es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de cinco anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições muito boas de formação do estudante de medicina.
	5	Quando a IES conta com unidade(s) hospitalar(es) de ensino, própria(s) ou conveniada(s) garantidas legalmente por período mínimo de dez anos, certificada(s) como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (portaria 2.400/07), que seja(m) centro de referência regional há pelo menos 2 anos e que apresentem condições excelentes de formação do estudante de medicina.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.16. Sistema de referência e	1	Quando não está previsto/implantado o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, não permitindo que o aluno

contrarreferência Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos		participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário.
	2	Quando está previsto/implantado, de maneira insuficiente , o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário.
	3	Quando está previsto/implantado, de maneira suficiente , o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário.
	4	Quando está previsto/implantado, de maneira muito boa , o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário.
	5	Quando está previsto/implantado, de maneira excelente , o funcionamento do sistema de referência e contrarreferência que assegure a integralidade da atenção e a resolubilidade dos problemas existentes, permitindo que o aluno participe do atendimento ambulatorial bem como acompanhe o doente que seja referido ao hospital secundário.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.17. Biotérios Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam biotério no PPC.	1	Quando não há biotério.
	2	Quando o biotério atende, de maneira insuficiente , às necessidades práticas do ensino.
	3	Quando o biotério atende, de maneira suficiente , às necessidades práticas do ensino.
	4	Quando o biotério atende muito bem às necessidades práticas do ensino.
	5	Quando o biotério atende, de maneira excelente , às necessidades práticas

		do ensino.
--	--	------------

Indicador	Conceito	Critério de Análise
<p>3.18. Laboratórios de ensino específicos para a área de saúde</p> <p>Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam laboratórios de ensino no PPC.</p>	1	Quando o curso não dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida.
	2	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/ implantados insuficientes para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
	3	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados suficientes para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
	4	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados muito bons para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: espaço físico, equipamentos e material de consumo compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
	5	Quando o curso dispõe de laboratórios específicos e multidisciplinares previstos/implantados excelentes para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória) considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos:

	espaço físico, equipamentos e material de consumo compatíveis com a formação dos estudantes prevista no PPC, levando-se em conta a relação aluno/equipamento ou material.
--	---

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.19. Laboratórios de Habilidades Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos.	1	Quando o curso não dispõe de laboratórios com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	2	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade insuficientes para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	3	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade suficientes para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	4	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade muito boas para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
	5	Quando o curso dispõe de laboratórios previstos/implantados com equipamentos e instrumentos em quantidade e diversidade excelentes para a capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.20. Protocolos de Experimentos Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam protocolos de experimentos no PPC.	1	Quando não há protocolos dos experimentos previstos/implantados.
	2	Quando os protocolos dos experimentos previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são explicitados e desenvolvidos de maneira insuficiente para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nüremberg e Helsinki).
	3	Quando os protocolos dos experimentos previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são explicitados e desenvolvidos de maneira suficiente para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nüremberg e Helsinki).
	4	Quando os protocolos dos experimentos previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são muito bem explicitados e desenvolvidos para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nüremberg e Helsinki).
	5	Quando os protocolos dos experimentos previstos/implantados, prevendo procedimentos, equipamentos, instrumentos, materiais e utilidades, devidamente aprovados pelo comitê de ética da instituição ou formalmente conveniado são explicitados e desenvolvidos de maneira excelente para a orientação das atividades práticas desenvolvidas nos ambientes/laboratórios de formação geral/básica e profissionalizante/específica, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (códigos de Nüremberg e Helsinki).

Indicador	Conceito	Critério de Análise
3.21. Comitê de Ética em Pesquisa Obrigatório para o curso de Medicina, NSA para os demais cursos que não contemplam comitê de ética em pesquisa no PPC	1	Quando não existe o comitê de ética funcionando.
	2	Quando existe o comitê de ética funcionando de maneira insuficiente .
	3	Quando existe o comitê de ética funcionando de maneira suficiente e em processo de homologação pela CONEP.
	4	Quando existe o comitê de ética funcionando muito bem e homologado pela CONEP.
	5	Quando existe o comitê de ética funcionando de maneira excelente e homologado pela CONEP.

DIMENSÃO 4	PARTICIPAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL DO CURSO
-------------------	---

Fontes de Consulta:

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.1. Contato e participação de movimentos sociais	1	Quando não há contato da coordenação e corpo docente com os movimentos sociais
	2	Quando o a participação dos movimentos sociais no Curso é insuficiente
	3	Quando as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais em parceria com as políticas do Curso estão firmadas e em implantação
	4	Quando as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais em parcerias com as políticas do Curso estão firmadas e em pleno desenvolvimento
	5	Quando as parcerias com os movimentos sociais indicam ações e transformações no Curso e em sua relação com a IES

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.2 Intervenção didático-	1	Quando o Curso não se relaciona com as políticas públicas e privadas de ensino no âmbito regional

pedagógica e política na rede pública e privada de ensino	2	Quando o Curso se relaciona e intervém de forma insuficiente nas políticas públicas e privadas de ensino no âmbito regional
	3	Quando o Curso se relaciona e intervém de forma suficiente nas políticas públicas e privadas de ensino no âmbito regional
	4	Quando o Curso se relaciona e intervém de forma excelente nas políticas públicas e privadas de ensino no âmbito regional
	5	Quando o Curso se relaciona e intervém de forma excelente nas políticas públicas e privadas de ensino no âmbito regional e nacional

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.3. Realização de projetos na rede pública	1	Quando não há projetos realizados com a rede pública de ensino
	2	Quando os projetos realizados na rede pública forem insuficientes do ponto de vista qualitativo e quantitativo
	3	Quando os projetos realizados na rede pública forem suficientes do ponto de vista qualitativo e quantitativo
	4	Quando os projetos realizados na rede pública forem bons do ponto de vista qualitativo e quantitativo
	5	Quando os projetos realizados na rede pública forem excelentes do ponto de vista qualitativo e quantitativo

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.4. Política de cotas (negros e indígenas)	1	Quando a política de cotas para ingresso ao curso for inexistente
	2	Quando a política de cotas for ruim (desligada das políticas de permanência)
	3	Quando a política de cotas for insuficiente (quantitativamente e qualitativamente)
	4	Quando a política de cotas for boa (ligada às políticas de permanência)
	5	Quando a política de cotas for excelente (taxa de evasão dos cotistas = taxa de evasão geral)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.5. Realização de projetos (científicos, culturais e sociais) com a comunidade	1	Quando os projetos desenvolvidos com a comunidade são inexistentes
	2	Quando o número de projetos desenvolvidos com a comunidade forem insuficientes (1 ou 2 projetos)
	3	Quando o número de projetos desenvolvidos com a comunidade forem suficientes (de 2 a 5 projetos)
	4	Quando o número de projetos desenvolvidos com a comunidade forem

		bons (mais de 5 projetos)
	5	Quando o números de projetos desenvolvidos com a comunidade forem excelentes (mais de 10 projetos)

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.6. Participação como parceiro em eventos científicos e culturais da comunidade e da Rede de Ensino	1	Quando não há parcerias
	2	Quando as parcerias forem insuficientes
	3	Quando as parcerias forem suficientes
	4	Quando as parcerias forem suficientes e abrangentes , atingindo parte significativa do corpo docente e discente.
	5	Quando as parcerias forem excelentes e abrangentes a maior parte do corpo docente e discente

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.7. Capacidade de absorção das demandas discentes nas políticas e transformações do curso	1	Quando não há diálogo com o corpo discente nas demandas de construção/transfomação do curso
	2	Quando o diálogo com o corpo discente para a construção/transfomação do curso for precário
	3	Quando o diálogo com o corpo discente para a construção/transfomação do curso for satisfatório
	4	Quando o diálogo com o corpo discente para a construção/transfomação do curso for satisfatório e produtivo .
	5	Quando o diálogo com o corpo discente para a construção/transfomação do curso for excelente , indicando mudanças na reformulação do PPP

Indicador	Conceito	Critério de Análise
4.8 Políticas de permanência	1	Quando o curso não possuir política de permanência
	2	Quando as políticas de permanência forem insuficientes
	3	Quando as políticas de permanência forem suficientes

	4	Quando as políticas de permanência forem boas
	5	Quando as políticas de permanência forem excelentes

ANEXO III MODELOS DE QUESTIONÁRIOS

Este modelo de questionário destina-se a orientar os cursos a iniciarem discussão sobre o melhor modelo de auto-avaliação, portanto não se trata de instrumento definitivo, cada curso pode alterar este questionário de acordo com as suas necessidades.

Não apresentamos aqui o modelo de questionário de auto-avaliação para o técnico-administrativo devido a variedade de funções que estes podem assumir no curso, nem para o coordenador de curso, pois estes avaliam o curso através da auto-avaliação institucional. A opinião destes é muito importante e devem fazer parte da auto-avaliação do curso, neste sentido os cursos podem sugerir modelos próprios de questionários.

MODELO DE QUESTIONÁRIO AO ALUNO

Sugestão: As questões podem ser apresentadas ao aluno com opções de múltipla-escolha colocando 2 opções positivas, uma intermediária, 2 negativas e uma opcional, por exemplo

5 - Excelente

4 - Bom

3 - Regular

2 - Ruim

1 - Péssimo

X - não se aplica.

Ou como questões abertas onde cada um pode dar a sua contribuição.

Sobre a Infra-estrutura:

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a Sala de Aula quanto a:

- 1) Espaço físico
- 2) Cadeiras e carteiras
- 3) Ventilação
- 4) Iluminação
- 5) Acústica
- 6) Quadro/lousa
- 7) Recursos áudio-visuais

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre os Laboratórios específicos do curso quanto a:

- 8) Espaço físico
- 9) Cadeiras e carteiras
- 10) Ventilação
- 11) Iluminação
- 12) Acústica
- 13) Equipamentos e mobiliário
- 14) Materiais para aula prática
- 15) Segurança (acidentes) e organização
- 16) Apoio técnico durante as aulas

17) Como você avalia os espaços destinados a atividades extra-sala de aula tais como iniciação científica, extensão, monitoria, etc.

18) Como você avalia o laboratório comunitário de informática para acesso a internet?

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a biblioteca e os livros específicos do curso quanto a:

- 19) Disponibilidade em quantidade e qualidade do acervo.
- 20) Disponibilidade de livros recomendados nas disciplinas.
- 21) Atende as suas necessidades de estudo, leitura e pesquisa?
- 22) Qual o grau de satisfação de uma forma geral com relação a biblioteca?

Sobre a secretaria acadêmica do curso:

- 23) Informa corretamente sobre as orientações gerais sobre o registro acadêmico tais como: matrícula, licença, faltas, notas, etc.
- 24) O horário de funcionamento é adequado?
- 25) A qualidade e eficiência no atendimento são adequados?

Sobre a Coordenação de Curso:

- 26) Mantém os alunos informados sobre o curso, tais como projeto pedagógico, normas disciplinares, reuniões de colegiado, normas internas, etc.
- 27) Informa os alunos sobre oportunidades de bolsas, estágios, atividades extra-curriculares?
- 28) Consegue resolver conflitos internos de forma satisfatória entre alunos e professores ou entre alunos?
- 29) O horário de funcionamento é adequado?
- 30) A qualidade e eficiência no atendimento ao aluno são adequados?
- 31) Como você avalia a página do curso na internet?
- 32) Como você avalia o estímulo dado pelo curso na participação de atividades extra-curriculares como iniciação-científica, projetos de extensão, cultura, esporte, projetos de ensino, etc.
- 33) Como você avalia a assistência estudantil em seu curso (psicológico, de assistência social, aos deficientes físicos, etc.)

Sobre o projeto pedagógico do curso (PPC):

- 34) Você tem conhecimento sobre o Projeto Pedagógico do seu Curso?
- 35) Em relação a área de atuação profissional, você considera que as disciplinas e atividades constantes no PPC estão adequados?
- 36) Como você avalia as disciplinas do seu curso?
- 37) Qual o grau de dificuldade que você atribui ao curso de uma forma geral?
- 38) Como você avalia a relação entre a carga horária entre aulas teóricas e as práticas?
- 39) Você considera que o estágio supervisionado obrigatório está adequado aos objetivos do curso?
- 40) O que você sabe sobre as atividades complementares?
- 41) Como você avalia o seu curso em relação a outros cursos de mesma modalidade no Brasil?
- 42) Como você avalia a realização da semana acadêmica em seu curso.
- 43) Como você avalia o estímulo ao aluno para realizações de atividade extra-curriculares, tais como estágios, congressos, cursos.

Sobre os professores do curso responda:

- 44) De que forma as atividades desenvolvidas pelos professores durante as aulas, permitem o seu aprendizado?

- 45) Quantos professores apresentam por escrito e discutem o Plano de Ensino das suas disciplinas na primeira semana de aula?
- 46) Seguem o plano de ensino ou justificam sua modificação?
- 47) Quantos professores relacionam sua disciplina com as demais do curso?
- 48) Quantos professores retomam o processo de avaliação da aprendizagem durante o semestre?
- 49) Quantos professores discutem, comentam e justificam as avaliações após a entrega dos resultados?
- 50) Cumprem o horário das aulas e de orientações de pesquisa, estágio, etc. ?
- 51) Demonstra ter bom conhecimento a respeito do conteúdo ministrado?
- 52) Demonstra interesse para que os alunos aprendam?
- 53) Estão disponíveis para atendimento extra-classe de apoio às disciplinas nos horários estabelecidos?
- 54) Motivam os alunos para pesquisa de informações complementares?
- 55) Estimulam os alunos a participarem de atividades formativas complementares?

MODELO DE QUESTIONÁRIO AO DOCENTE

Sugestão: As questões podem ser apresentadas ao professor com opções de múltipla-escolha colocando 2 opções positivas, uma intermediária, 2 negativas e uma opcional, por exemplo **5)Excelente, 4) Bom, 3) Regular, 2) Ruim, 1)Péssimo, X)não se aplica.**

Sobre a Infra-estrutura:

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a Sala de Aula quanto a:

- 1) Espaço físico
- 2) Cadeiras e carteiras
- 3) Ventilação
- 4) Iluminação
- 5) Acústica
- 6) Quadro/lousa
- 7) Recursos áudio-visuais

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre os Laboratórios específicos do curso quanto a:

- 8) Espaço físico
- 9) Cadeiras e carteiras

- 10) Ventilação
 - 11) Iluminação
 - 12) Acústica
 - 13) Equipamentos e mobiliário
 - 14) Materiais para aula prática (consumíveis)
 - 15) Segurança (acidentes) e organização
 - 16) Apoio técnico durante as aulas
- 17) Como você avalia os espaços destinados a atividades extra-sala de aula para orientação tais como atendimento ao aluno, iniciação científica, extensão, monitoria, etc.
- 18) Como você avalia o espaço destinado ao seu trabalho docente diário?

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a biblioteca e os livros específicos do curso quanto a:

- 19) A biblioteca do seu setor atende as suas necessidades de estudo, leitura e pesquisa?
- 20) A biblioteca acata as suas sugestões de atualização do acervo bibliográfico?
- 21) Como você avalia o acervo da biblioteca quanto a existência de obras atuais ou atualizadas destinadas ao curso?
- 22) Qual o grau de satisfação de uma forma geral com relação a biblioteca?

Sobre a secretaria acadêmica do curso:

- 23) Informa corretamente sobre as orientações gerais sobre o registro do diário de classe, reuniões, registro do ponto, etc.
- 24) O horário de funcionamento é adequado?
- 25) A qualidade e eficiência no atendimento são adequados?

Sobre a Coordenação de Curso:

- 26) Promove reuniões pedagógicas periódicas?
- 27) Conduz de forma adequada as reuniões de colegiado de curso?
- 28) Consegue resolver conflitos internos de forma satisfatória entre alunos e professores ou entre alunos?
- 29) Como você avalia o estímulo dado pelo curso para a realização de suas atividades docente?

30) O coordenador exerce sua função administrativa de forma satisfatória?

Sobre o projeto pedagógico do curso:

- 31) Você considera que os objetivos do curso estão adequados ao perfil profissional a que se pretende formar?
- 32) Você considera que as disciplinas são adequadas ao curso quanto a carga horária, seqüência de encadeamento, ementas, etc.
- 33) Como você avalia a relação entre aulas práticas e teóricas em seu curso?
- 34) Você considera que o estágio supervisionado obrigatório é oferecido de forma correta no curso?
- 35) Como você avalia o trabalho de conclusão de curso?

Sobre o Curso de graduação:

- 36) Como você avalia o seu curso em relação a outros cursos de mesma modalidade no Brasil?
- 37) Como você avalia a página do curso na internet?
- 38) Como você avalia a relação e as parcerias firmadas pelo seu curso com a sociedade e empresas de seu município?

Sobre o aluno:

- 39) Quantos alunos acompanham o desenvolvimento das disciplinas pelo plano de ensino?
- 40) Quantos alunos procuram contatá-lo fora do horário de aula, para esclarecerem dúvidas ou aprofundar algum tema?
- 41) Quantos alunos demonstram responsabilidade, engajamento e maturidade no processo de sua formação no curso, e com consciência da ocupação de vaga pública?
- 42) Participam contributivamente do processo de discussão da avaliação?
- 43) Estudam a bibliografia recomendada retornando com comentários e questões sobre a leitura sugerida?
- 44) Na sua opinião os alunos estão auto-motivados à participação em atividades formativas complementares?

Sobre a administração qual avaliação você faz sobre a estrutura, organização e orientação da UEMS para o exercício da sua prática docente em relação a:

- 45) Gerência
- 46) Como você avalia o sistema de impressão e reprografia para o seu curso?
- 47) Diretoria de Registro Acadêmico
- 48) Como você avalia o sistema de registro acadêmico de seu curso?
- 49) Pró-Reitorias
- 50) Reitoria
- 51) Como você avalia a política de manutenção da infra-estrutura de seu curso.
(Conservação e aquisição)
- 52) Como você avalia a política de manutenção de seu curso (consumíveis)
- 53) Como você avalia a política de ensino ao seu curso de graduação?
- 54) Como você avalia a política de pesquisa ao seu curso de graduação?
- 55) Como você avalia a política de extensão ao seu curso de graduação?
- 56) Como você avalia a política de lotação e atribuição de aulas ao seu curso de graduação?

ANEXO IV GLOSSÁRIO

1.	Acervo virtual	Acervo virtual é o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto, com acesso via internet.
2.	Acessibilidade	Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 8º, Decreto nº 5.296/04, Lei 10.098/00). Acessibilidade pressupõe a eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais e a promoção de tecnologia assistiva para esses alunos.
3.	Análise sistêmica e global	Análise que considera a interligação de determinados aspectos dentro de um contexto.
4.	Áreas temáticas do curso de medicina	Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber. As áreas temáticas do curso de medicina são: Celular e Molecular, Clínica Médica, Pediatria, Gineco-Obstetrícia, Clínica Cirúrgica, Saúde da Família, Medicina Social e Saúde Coletiva.
5.	Área do curso	Conjunto de conteúdos (grupos temáticos comuns) que compõem os diferentes campos do saber.
6.	Atividades complementares	Componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente escolar.
7.	Avaliação	Avaliação é o referencial básico para os processos de regulação e supervisão da Educação Superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade (artigo 4º da Deliberação CEE/MS nº. 9042/2009).
8.	Bibliografia básica	Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição, a editora e outros, de caráter básico.
9.	Bibliografia complementar	Registro de documentos, livros, inventários, escritos, impressos ou quaisquer gravações que venham a servir como fonte para consulta, organizada pela identificação de cada uma das obras que constitui a bibliografia, através de elementos como o autor, o título, o local de edição,

		a editora e outros, de caráter complementar.
10.	Colegiado de curso ou equivalente	Órgão Colegiado de curso é uma instância de tomada de decisões administrativas e acadêmicas constituído de representação discentes e docentes.
11.	Competências	Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (como conhecimentos, saberes, processos cognitivos, afetos, habilidades, posturas) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações.
12.	Condições de formação do aluno em relação à Unidade Hospitalar de Ensino	As condições de formação do aluno em relação à Unidade Hospitalar de Ensino devem contemplar os seguintes aspectos: oferecimento de residência médica credenciada pela CNRM, pelo menos nas áreas de clínica médica, pediatria, cirurgia, ginecologia e obstetrícia, saúde coletiva e saúde da família; atendimento majoritário pelo SUS, nos diferentes níveis de complexidade na atenção à saúde; infraestrutura básica constituída por ambulatórios (pelo menos de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia e cirurgia), unidades de internação (pelo menos de clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia e cirurgia), centro cirúrgico e obstétrico, unidades de urgência e emergência (clínica, cirúrgica e traumatológica), UTI neonatal, pediátrica e de adultos e instalações para o funcionamento do PSF; laboratórios de exames complementares (setor de imagens, laboratório clínico e de anatomia patológica), necessários nos diferentes níveis de complexidade; serviço de arquivo e documentação médica com acesso ao setor de atendimento resolutivo de alto nível para as urgências/emergências.
13.	Cursos da área da saúde	Os cursos de bacharelado da área da saúde, de acordo com a Resolução CNS nº 278 de 8/10/1998, são: Assistência Social; Biologia; Biomedicina; Educação Física; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Fonoaudiologia; Medicina; Medicina Veterinária; Nutrição; Odontologia; Psicologia; Terapia Ocupacional. Os cursos superiores de tecnologia na área da saúde constam no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.
14.	Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN's	São normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação – CNE que asseguram a flexibilidade, a criatividade e a responsabilidade das IES na elaboração dos Projetos Pedagógicos de seus cursos. As DCNs têm origem na LDB e constituem referenciais para as IES na organização de seus programas de formação, permitindo flexibilidade e priorização de áreas de conhecimento na construção dos currículos plenos, possibilitando definir

		múltiplos perfis profissionais e privilegiando as competências e habilidades a serem desenvolvidas (Parecer CNE/CES 67/2003). Os currículos dos cursos devem apresentar coerência com as DCNs no que tange à flexibilidade, à interdisciplinaridade e à articulação teoria e prática, assim como aos conteúdos obrigatórios, à distribuição da carga horária entre os núcleos de formação geral/básica e profissional, às atividades complementares e às atividades desenvolvidas no campo profissional.
15.	Disciplina/Unidade Curricular	Parte do conteúdo curricular necessária para a formação acadêmica.
16.	Docente	Para efeito de avaliação, considera-se docente do curso o profissional regulamente contratado pela instituição e que, no momento da avaliação <i>in loco</i> encontra-se vinculado em uma ou mais disciplinas do curso.
17.	Docente equivalente a 40 horas	O cálculo do docente equivalente a 40 horas é feito pelo somatório das horas semanais alocadas ao curso dos docentes previstos/contratados dividido por 40.
18.	Docente Horista	O regime de trabalho horista corresponde ao docente contratado pela instituição exclusivamente para ministrar aulas, independentemente da carga horária contratada, ou que não se enquadre em outros regimes de trabalho.
19.	Docentes em Tempo Integral	O regime de trabalho docente em tempo integral compreende a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação (Art. 64 da Deliberação CEE/MS nº. 9042/2009). Observação: nas IES, nas quais, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral tem um total de horas semanais diferente de 40, esse total deve ser considerado, desde que pelo menos 50% dessa carga horária seja para estudos, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.
20.	Docentes em Tempo Parcial	O regime de trabalho em tempo parcial é definido pela Portaria Normativa 40 consolidada em 29 de dezembro de 2010.
21.	Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços	Espaço para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelo coordenador.

	acadêmicos	
22.	Estágio Curricular Supervisionado	Período durante o qual um estudante exerce uma atividade temporária com vista à sua formação ou aperfeiçoamento profissional e que compõe a matriz curricular e é supervisionado por docentes do curso de graduação.
23.	Estrutura curricular	Estrutura curricular é composta por vários elementos necessários para constituir a matriz e a proposta curricular do curso de graduação seguindo o Projeto Pedagógico do Curso tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais.
24.	Forças/Potencialidades	Práticas bem sucedidas na dimensão.
25.	Fragilidades/Aspectos a serem melhorados	Aspectos identificados como deficiências, omissões e equívocos.
26	Extensão	A extensão acadêmica é ação de uma instituição junto à comunidade, disponibilizando ao público externo o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos.
27.	Espaços de Trabalho	Salas para o desenvolvimento de trabalho, de ordem técnica-administrativa e acadêmica, realizado pelos docentes, coordenadores e técnico-administrativos.
28.	Gestão Acadêmica	Organização no âmbito acadêmico da IES realizando funções de: estabelecer objetivos, planejar, analisar, conhecer e solucionar problemas, organizar e alocar recursos, tomar decisões, mensurar e avaliar.
29.	Implantado(a)	Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso ou quando se trata de exigência de infraestrutura já disponível na autorização de curso.
30.	Iniciação científica	A iniciação científica é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por alunos de graduação nas instituições de ensino superior em diversas áreas do conhecimento.
31.	Instituição de Educação Superior – IES	São instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de nível superior nos níveis de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas), pós-graduação e extensão.

32.	Integralização	Duração do curso, prazo previsto para que o estudante receba a formação pretendida; o tempo total deve ser descrito em anos ou fração.
33.	Interdisciplinaridade	É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.
34.	Laboratórios de ensino	Laboratórios específicos e multidisciplinares para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória).
35.	Laboratórios de habilidades	Laboratórios equipados com diversos instrumentos em quantidade e diversidade para capacitação dos estudantes nas diversas habilidades da atividade médica.
36.	Material didático institucional	É o componente essencial da qualidade da comunicação entre a instituição e o aluno, tais como guias, tutoriais e manuais do aluno. Permite executar a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso, considerando conteúdos específicos, objetivos, técnicas e métodos.
37.	Laboratórios didáticos especializados	Laboratórios equipados com diversos instrumentos de medição e experimentação onde se realizam vários tipos de experiências de acordo com a área do curso.
38.	Mecanismos de familiarização com a modalidade EaD	O discente deverá ser informado sobre os processos acadêmicos previstos para a modalidade a distância, bem como dos mecanismos de comunicação e de interação que serão disponibilizados. Nesse sentido, são fundamentais as capacitações e formações específicas, ao longo do curso, para a familiarização em EAD. É importante considerar que a democratização da educação pressupõe igualdade de acesso e de condições da oferta dos cursos e a elaboração dos recursos didáticos deverá prever as devidas adaptações para os alunos portadores de deficiências.
39.	Mecanismo de interação entre Docentes, Tutores e Discentes	Compõe o conjunto de estruturas de tecnologia de informação e comunicação (TIC) e respectivos procedimentos e formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem (que são, basicamente, os docentes, tutores e discentes), no contexto da oferta

		do curso superior na modalidade a distância. Justificam-se uma vez que os sujeitos deverão estabelecer comunicação permanente e continuada em diferentes espaços geográficos e tempos. O PPC deve explicitar esses mecanismos de modo a possibilitar ao discente a aquisição de conhecimentos e habilidades, bem como desenvolver a sociabilidade, por meio de atividades da comunicação, interação e troca de experiências. Não basta garantir as estruturas tecnológicas de (TIC), elas devem ser efetivas na comunicação dos envolvidos.
40.	Metodologia	Metodologia é a explicação minuciosa, detalhada e rigorosa da ação desenvolvida no método de um processo de ensino ou de um trabalho de pesquisa.
41.	Natureza econômica e social da região	Características que definem as questões econômicas e sociais da região no país onde a IES/curso está sendo desenvolvido.
42.	NSA – Não se aplica	Não se aplica ao curso ou indicador específico. Deverá ser analisado de acordo com as diretrizes curriculares do curso e será justificado pelo avaliador após análise do Projeto Pedagógico do Curso – PPC e do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.
43.	Núcleo Docente Estruturante – NDE	Conjunto de professores, composto por pelo menos cinco docentes do curso, de elevada formação e titulação, contratados em tempo integral ou parcial, que respondem mais diretamente pela concepção, implementação e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso (Deliberação CEE/MS N° 9662, de 24/11/2011).
44.	Orientação de TCC	Acompanhamento dedicado aos estudantes para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) realizado pelos docentes do curso.
45.	Periodicidade	Intervalo de tempo em que se organizam as atividades de ensino perfazendo a carga horária determinada pelo Projeto Pedagógico do Curso para um conjunto de componentes curriculares. Usualmente semestral ou anual; em casos específicos, justificados pelas características do PPC, pode ter outro regime, como trimestral ou quadrimestral.
46.	Periódicos especializados	Produções especializadas, ordenadas por índice, conforme regra específica.
47.	Pesquisa	Pesquisa é um processo sistemático de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. É um processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza quanto da sociedade na


		qual esta se desenvolve.
48.	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI	<p>É o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho; à missão a que se propõe; às estratégias para atingir suas metas e objetivos; à sua estrutura organizacional e ao Projeto Pedagógico Institucional com as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.</p> <p>Abrangendo um período de cinco anos, deverá contemplar ainda o cronograma e a metodologia de implementação dos objetivos; metas e ações da IES, observando a coerência e a articulação entre as diversas ações; a manutenção de padrões de qualidade; o perfil do corpo docente; a oferta de cursos de graduação, pós-graduação, presenciais e/ou a distância; a descrição da infraestrutura física e instalações acadêmicas, com ênfase na biblioteca e laboratórios e o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras. (Artigo 10 da Deliberação CEE/MS nº. 9042/2009).</p>
49.	Políticas Institucionais	Políticas desenvolvidas no âmbito institucional com o propósito de atender a missão proposta pela IES.
50.	Práticas Pedagógicas	São ações utilizadas no processo de ensino-aprendizagem com o objetivo de formar profissionais nas suas diferentes áreas.
51.	Previsto(a)	Utiliza-se o termo, nos critérios de análise, quando se trata de avaliação para fins de autorização de curso.
52.	Produção científica, cultural, artística e tecnológica.	Podem ser considerados como produção científica, cultural, artística e tecnológica: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem <i>Qualis</i> e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência.

53.	Profissões regulamentadas	Profissões regulamentadas são aquelas definidas por lei e com uma regulamentação própria de direitos e garantias.
54.	Projeto Pedagógico de Curso – PPC	É o documento orientador de um curso que traduz as políticas acadêmicas institucionais, com base nas DCN. Entre outros elementos, é composto pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir de perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso.
55.	Recomendações	Aspectos que requerem empenho para transformar as fragilidades em potencialidades e subsidiar a tomada de decisões sobre ações a serem implementadas pela IES, a curto, a médio e a longo prazo.
56.	Stricto sensu	Refere-se exclusivamente aos cursos de pós-graduação de mestrado e doutorado.
57.	Supervisão	A supervisão será realizada a fim de zelar pela conformidade da oferta de Educação Superior no Sistema Federal de Ensino com a legislação aplicada. (artigo 3º da Deliberação CEE/MS nº. 9042/2009) . Tem como objetivo acompanhar constantemente ou de forma periódica as instituições de ensino superior (IES) e seus cursos, de forma a impedir situações de eminente risco e prejuízo aos sujeitos integrantes do sistema (estudantes, docentes, pessoal técnico-administrativo) ou reverter uma situação irregular. Nesse sentido, a supervisão se insere como um meio propulsor à indução da qualidade.
58.	TICs – Tecnologia de Informação e Comunicação	São recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.
59.	Título de Doutor	Segundo nível da pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de tese em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de doutor. Serão considerados os títulos de doutorado, obtidos em Programas de Pós-

		Graduação <i>Stricto Sensu</i> , avaliados e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
60.	Título de Especialista (pós-graduação lato sensu)	Curso em área específica do conhecimento com duração mínima de 360 horas (não computando o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente, nem o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso) e o prazo mínimo de seis meses. Pode incluir ou não o enfoque pedagógico. Confere certificado (Cf. Resolução CNE/CES nº 01/2007) .
61.	Título de Mestre	Primeiro nível da pós-graduação <i>stricto sensu</i> . Tem por fim proporcionar formação científica ou cultural, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e exigindo defesa de dissertação em determinada área de concentração que represente trabalho de pesquisa/produto com real contribuição para o conhecimento do tema. Confere diploma de mestre. Serão considerados os títulos de mestrado acadêmico e profissional, obtidos em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> , avaliado e reconhecidos pelo MEC, ou títulos obtidos no exterior e revalidados por universidades brasileiras.
62.	Turno Integral	Curso ofertado inteira ou parcialmente em mais de um turno (manhã e tarde; manhã e noite; tarde e noite) exigindo a disponibilidade do estudante por mais de 6 horas diárias, durante a maior parte da semana.
63.	Turno Matutino	Curso em que a maior parte da carga horária é oferecida até às 12h, todos os dias da semana.
64.	Turno Noturno	Curso em que a maior parte da carga horária é oferecida após as 18h, todos os dias da semana.
65.	Turno Vespertino	Curso em que a maior parte da carga horária é oferecida entre às 12h e 18h, todos os dias da semana.
66.	Tutoria a Distância	O tutor a distância atua a partir da instituição mediando o processo pedagógico com estudantes geograficamente distantes e referenciado aos polos de apoio presencial. São atribuições do tutor a distância: esclarecimento de dúvidas através fóruns de discussão na Internet, pelo telefone, participação em videoconferências; promover espaços de construção coletiva de conhecimento, selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem.

67.	Tutoria Presencial	O tutor presencial atende os alunos nos polos, em horários preestabelecidos. São atribuições do Tutor presencial: auxiliar os alunos no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas em relação a conteúdos específicos, bem como ao uso das tecnologias disponíveis; participar de momentos presenciais obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam.
68.	Unidade Curricular	Unidade curricular é a unidade de ensino com objetivos de formação próprios, correntemente designados por cadeiras ou disciplinas.
69.	Unidade Hospitalar de Ensino	A Unidade Hospitalar de Ensino própria ou conveniada deverá ser certificada como Hospital de Ensino pelo MEC/MS (Portaria 2.400/07), sendo centro de referência regional há pelo menos dois anos.
70.	Vagas autorizadas anuais	Número de lugares destinados ao ingresso de estudantes em curso superior, expressas em ato autorizativo, correspondente ao total anual, que a instituição pode distribuir em mais de um processo seletivo. No caso das instituições autônomas, consideram-se autorizadas as vagas aprovadas pelos colegiados acadêmicos competentes e regularmente informadas ao Ministério da Educação, na forma do artigo 19 da Deliberação CEE/MS nº. 9042/2009.
71.	Vagas implantadas anuais	Número total de vagas expressas em ato autorizativo. No caso de instituições com autonomia, o avaliador deve verificar nos processos seletivos constantes dos editais expedidos pela instituição.

ANEXO V - Diretrizes básicas para elaboração e apresentação de relatório de auto-avaliação dos cursos de graduação - UEMS

	<p>UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL</p> <p>CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO</p>
---	---

<input type="checkbox"/> EMENDA <input type="checkbox"/> ESTUDOS ESPECIAIS <input type="checkbox"/> INDICAÇÃO <input checked="" type="checkbox"/> PROJETO DE DELIBERAÇÃO CE/CEPE <input type="checkbox"/> PROJETO DE RESOLUÇÃO CEPE <input type="checkbox"/> PROJETO DE RESOLUÇÃO COUNI <input type="checkbox"/> PROPOSTA <input type="checkbox"/> REQUERIMENTO <input type="checkbox"/> Urgência <input checked="" type="checkbox"/> Ordinária	<p style="text-align: center;">PROCESSO CEPE-UEMS Nº</p> <p>Data:</p>
---	---

PROPONENTE(s): Pró-Reitoria de Ensino (PROE).

INTERESSADO(s): Cursos de Graduação, Núcleos de Ensino, Comissão Própria de avaliação (CPA), Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional.

ASSUNTO: Homologação da Resolução CE-CEPE-UEMS nº XXX, de XX/XX/XXXX, que define diretrizes básicas para elaboração e apresentação de relatório de auto-avaliação dos cursos de graduação.

HISTÓRICO:

Os cursos de graduação são continuamente avaliados desde a sua implantação através de mecanismos externos a Instituição, seja através do Conselho Estadual de Educação, ou através do MEC com o Exame Nacional de Cursos (Provão, 1996-2003) ou com a lei do SINAES (ENADE, 2004-atual). Internamente os cursos de graduação não tem mecanismos de auto-avaliação sistematizados. Nas diretrizes que orientam a implantação de cursos novos na resolução CEPE-UEMS Nº 357, de 25 de março de 2003 ou na CEPE-UEMS Nº 977 de 14 de abril de 2010 está previsto para todos os cursos a implantação de medidas de auto-avaliação. Baseado nas resoluções a maioria dos projetos pedagógicos apresentam algumas considerações sobre a auto-avaliação do curso, porém na maioria, a forma como esta será operacionalizadas não é bem clara, sem definições de como os critérios a serem adotados, o cronograma de apresentação, ou uso desta auto-avaliação no curso e na Instituição. No PDI-UEMS 2009-2013, resolução COUNI-UEMS Nº 348, de 14 de outubro de 2008, para o Ensino no Objetivo 2 que trata de melhorar a qualidade do ensino nos cursos de graduação estabelece nas suas ações que serão realizadas "Orientação aos colegiados de curso na elaboração e/ou aprimoramento de mecanismos de auto-avaliação" e também o "Estímulo ao uso das informações da auto-avaliação no processo contínuo de revisão e aperfeiçoamento dos cursos".

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UEMS instituída pela resolução COUNI-UEMS Nº 303, de 19 de junho de 2006, sempre é convidada a participar do processo de reconhecimento e renovação

de reconhecimento dos cursos de graduação. No ciclo de 2004 a 2006 foram elaborados questionários onde todos os membros da comunidade acadêmica foram convidados a responder e os seus resultados foram apresentados para cada curso, porém estes dados não foram utilizados oficialmente para o planejamento destes cursos. Posteriormente a isso não houve mais a implantação de mecanismos de auto-avaliação dos cursos reconhecidos pela instituição.

Em 2009 a CPA juntamente com a Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional propôs uma discussão junto a Pró-Reitoria de Ensino e em conjunto tem trabalhado em uma proposta para sistematizar a auto-avaliação dos cursos de graduação, com isso nos dias 13 de abril e 17 de maio de 2010 foram feitas reuniões com os coordenadores de curso e foi apresentada a proposta de criação de uma nova norma de auto-avaliação dos cursos.

Em 29 de outubro de 2010 foi realizada nova reunião com todos os coordenadores onde foi apresentada a minuta para discussão sobre a auto-avaliação de cursos onde cada coordenador teve a oportunidade para discutir com o seu colegiado a minuta e apresentar propostas e críticas em relação ao documento. Recebemos a resposta de 22 colegiados dos quais 4 se colocaram negativos a proposta, 8 não se pronunciaram pois necessitavam de mais tempo para discussão e 10 se posicionaram favoráveis a minuta.

JUSTIFICATIVA:

O mecanismo de auto-avaliação do curso de graduação é fundamental para que a qualidade dos mesmos seja atingida. A avaliação externa com a atribuição de conceitos não é suficiente para que baseado apenas no olhar externo este curso atinja a excelência, é necessário que cada curso observe os seus dados e a partir deste resultado elabore um planejamento estratégico para alcançar a qualidade. Como está previsto nas resoluções que determinam a criação e reformulação de cursos é necessário sistematizar esta prática para que o que está previsto nos projetos pedagógicos sejam efetivados. A auto-avaliação representa uma ferramenta que preconiza o envolvimento de todos os membros da comunidade acadêmica no processo, para que as mudanças de melhorias ocorram não por imposições externas mas por vontade própria.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

- Resolução COUNI-UEMS Nº 348, de 14 de outubro de 2008
- resolução CEPE-UEMS Nº 357, de 25 de março de 2003 ou na CEPE-UEMS Nº 977 de 14 de abril de 2010
- Projetos pedagógicos dos cursos de graduação

PROPONENTE:

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA PROPOSTA E ENCAMINHAMENTO: AILEN/RTR.

TAE MSc. Ângela Mercí Gonçalves Almeida

Assessoria Institucional de Legislação e Normas – AILEN

Resolução

Aprova as diretrizes para elaboração de relatórios de auto-avaliação e planejamento estratégico dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

A CÂMARA DE ENSINO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e, em reunião realizada em XX de XXXXXXX de XXXX,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar as diretrizes para elaboração de relatórios de auto-avaliação e do planejamento estratégico dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, conforme anexo que integra esta Resolução.

Art. 2º Esta Deliberação, após homologada pelo Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Dourados, XX de XXXXXXX de XXXX.

ANEXO I da resolução

DIRETRIZES PARA A AUTO-AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UEMS

Art. 1º As diretrizes tem por objetivo auxiliar na melhoria da qualidade dos cursos de graduação aumentando a competitividade no país, subsidiando e organizando os processos de elaboração de relatórios de auto-avaliação e o planejamento estratégico dos cursos de graduação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).

Art. 2º O relatório de auto-avaliação e o planejamento estratégico devem ser construídos coletivamente, com base no mínimo das seguintes dimensões:

I – Percepção da comunidade acadêmica.

II – Indicadores de acompanhamento pré-estabelecidos na UEMS

III – Resultados de desempenho aferidos externamente, que dizem respeito ao curso sejam Estaduais ou Federais.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º. Os Núcleos de Ensino serão responsáveis pela:

- a) Organização do cronograma de auto-avaliação dos cursos e de receber os relatórios e o planejamento estratégico dentro do âmbito de seu núcleo.
- b) Elaborar e publicar o edital com as datas das atividades de auto-avaliação dos cursos.
- c) Acompanhar a execução da auto-avaliação e do planejamento estratégico anualmente.
- d) Avaliar a qualidade dos relatórios e sugerir correções quando necessárias.
- e) Encaminhar a cópia digital dos relatórios e do planejamento estratégico à Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional.
- f) Acompanhar o desempenho dos cursos nas avaliações externas.

Art. 4º. As Coordenações de Curso serão responsáveis por:

- a) Eleger uma comissão de auto-avaliação dentro do colegiado de curso e encaminhar ao Núcleo de Ensino o nome dos integrantes da comissão com no mínimo três participantes, definindo seu presidente.
- b) acompanhar os trabalhos da comissão de auto-avaliação de curso de graduação quanto a execução e o cumprimento dos prazos.
- c) encaminhar o relatório de auto-avaliação e o planejamento estratégico do curso ao Núcleo de Ensino.

Art. 5º. A Comissão de auto-avaliação deverá:

- a) Eleger entre os membros da comissão um presidente, preferencialmente um docente efetivo, que irá convocar e coordenar as atividades da comissão além de organizar as memórias das reuniões bem como os dados do curso.
- b) Planejar e executar a auto-avaliação do curso
- c) organizar e levantar os dados do curso necessários a auto-avaliação
- d) elaborar o relatório e organizar o planejamento estratégico do curso.
- e) submeter o relatório de auto-avaliação e o planejamento estratégico para aprovação do colegiado de curso.
- f) Promover a cultura contínua de auto-avaliação do curso.
- g) Propor melhorias ao projeto pedagógico para avaliação do colegiado de curso.

Art. 6º. A Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional

- a) Coletar e organizar os dados dos Indicadores de acompanhamento nas Pró-Reitorias e encaminhá-las aos cursos de graduação.
- b) Receber os relatórios de auto-avaliação e planejamento estratégico de cada curso para consulta na elaboração do orçamento anual e planejamento da Instituição.
- c) Encaminhar cópia digital do relatório da auto-avaliação dos cursos para a Comissão Própria de Avaliação (CPA) para elaboração do relatório Institucional de Auto-avaliação.

AUTO-AVALIAÇÃO DO CURSO

Art. 7º. A auto-avaliação do curso de graduação atenderá as seguintes dimensões que deverão nortear os instrumentos aplicados pelo curso:

- a) Gestão Pedagógica
- b) Gestão Administrativa
- c) Atendimento aos discentes – política de atendimento ao discente.
- d) Comunicação intra e extra-curso
- e) Organização Didático pedagógico
- f) Infra-Estrutura Física e Tecnológica
- g) Integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico

Art. 8º. O relatório de auto-avaliação deverá ter no mínimo as seguintes características:

- a) Caracterização geral do curso;
- b) Resultados das ações efetuadas baseadas no ultimo planejamento estratégico do curso;
- c) Descrição das atividades previstas no projeto pedagógico e realizadas;
- d) Descrição das atividades não previstas mas realizadas no curso;
- e) Justificativa das atividades não realizadas mas previstas no projeto pedagógico;
- f) Desempenho médio dos alunos no processo de avaliação externa (ENADE);
- g) Descrição das recomendações dos avaliadores do Conselho Estadual de Educação e atividades realizadas para atender as recomendações;
- h) Dados do questionário relativo à percepção dos alunos, docentes e técnico-administrativo sobre o projeto pedagógico e o curso;
- i) Resultados dos indicadores estabelecidos no anexo II.
- j) Pontos fracos com possibilidades de melhoria
- k) Pontos fortes do curso

Art. 9º. Cada curso poderá, além desses critérios, acrescentar outros que julgar importantes para a sua auto-avaliação, tais como avaliação dos ingressantes no processo seletivo e avaliação do egressos.

DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO CURSO

Art.10º. O planejamento estratégico do curso envolve a auto-avaliação, a definição de oportunidades de melhoria e ameaças e as ações necessárias para atingir seus objetivos.

Art. 11. O planejamento deverá nortear as ações do curso para o triênio após realização da auto-avaliação e deverá conter os seguintes aspectos:

- a) Missão e visão de futuro do curso
- b) Objetivos do curso;
- c) Metas
- d) Ações
- e) Indicadores de acompanhamento
- f) Responsáveis pelas ações
- g) Cronograma de execução
- h) Previsão de investimentos necessários

Art. 12. Um relatório de monitoramento das atividades realizadas previstas no planejamento deve ser elaborado anualmente e entregue ao Núcleo de Ensino.

Art. 13. O planejamento estratégico de cada curso deverá ser considerado para a elaboração do planejamento institucional e na elaboração do orçamento anual da UEMS pela Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional.

DA ENTREGA DO RELATÓRIO E DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Art. 14. O relatório de auto-avaliação completo deverá ser entregue em um ciclo de três anos e um relatório de monitoramento das ações anual sempre no final do segundo semestre em uma via impressa e digital ao Núcleo de Ensino na qual o curso está vinculado.

Art. 15. Os Núcleos de Ensino (PROE) em conjunto com a Divisão de Planejamento e Avaliação Institucional (PROAP) definirão anualmente através de edital a relação de cursos e a data limite para entrega dos relatórios e do planejamento estratégico.

Art. 16. As Pró-Reitorias e as Diretorias deverão organizar e disponibilizar as informações por curso necessárias para a elaboração da auto-avaliação.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino.

ANEXO II DA RESOLUÇÃO

INDICADORES DE DESEMPENHO

Explicação: A adoção de indicadores de desempenho devem servir como parâmetro para que o colegiado possa definir a partir de que momento o curso deve tomar providências para que os fatores internos e externos não prejudiquem o desempenho dos alunos e conseqüentemente a formação dos futuros profissionais. Ela é essencial na definição de uma meta, ou seja, define que “ponteiros” o gestor da meta vai utilizar para monitorar a sua execução e, principalmente, os seus resultados. Os cursos são estimulados a criar outros indicadores para complementar estes e servir de parâmetro no monitoramento de suas ações.

a) Demanda por seleção

Expressa a relação Candidato/vaga por categoria vagas gerais, vagas para negros e vagas para indígenas

$$D_{si} = \frac{N_i}{N_v}$$

Onde D_{si} = demanda por seleção na vaga i (gerais, negros e indígenas)

N_i = Número de candidatos inscritos na vaga i

N_v = Número de vagas i

Explicação: A demanda por seleção expressa um parâmetro indireto para avaliar como a comunidade externa avalia o curso e de forma indireta expressa uma tendência do mercado para a necessidade daquele profissional.

b) Nota média de redação dos alunos ingressantes pelo sistema seletivo.

Representa a média simples do desempenho dos alunos na redação.

$$M_{\text{Red}} = \frac{\sum_{i=1}^n N_i}{NO}$$

Onde

M_{red} = Média da prova de redação

N_i = Nota do i-ésimo aluno

NO = Número de alunos

Explicação: Conhecer o perfil do aluno ingressante deve ajudar ao curso para estabelecer políticas de estímulo em determinadas áreas onde os alunos têm mais dificuldades como na política, nos conhecimentos gerais, estimulando através de projetos, atividades complementares ou nas disciplinas conhecimentos da atualidade que de forma indireta são importantes na formação específica do aluno.

c) Nota média de conhecimento específicos dos alunos ingressantes pelo sistema seletivo.

Representa a média simples do desempenho dos alunos por área de conhecimento.

$$M_{ac} = \frac{\sum_{i=1}^n M_i}{NO}$$

Onde

M_{ac} = Média da área de conhecimento

M_i = Média do i-ésimo aluno

NO = Número de alunos

Explicação: Conhecer o perfil do aluno ingressante deve ajudar ao curso para estabelecer políticas de estímulo em determinadas áreas onde os alunos têm mais dificuldades como em disciplinas que são essenciais para dar base para a construção do conhecimento em assuntos específicos de sua formação. Deve-se calcular a média para cada área de conhecimento.

d) Índice de desistência ou abandono do curso por turma, aferido na rematrícula.

Calculado pelo número de alunos ingressantes no ano x e matriculados no ano.

$$Ida_i = 1 - \frac{M_f}{M_i} \quad Ida_m = \frac{\sum_{i=1}^n Ida_i}{n}$$

Onde

Ida_i = Índice de desistência da turma i

M_i = Número de alunos matriculados na primeira série da turma i

M_f = Número de alunos matriculados atual da turma i

Ida_m = Índice de desistência médio

n = número de turmas do curso

Obs.: Desconsiderar os alunos das turmas que já finalizaram o curso

Explicação: Serve de controle para o curso estabelecer em que momento deve-se tomar providências e avaliar as causas da desistência e motivar o aluno a não desistir do curso. A

partir do momento em que o colegiado estabelecer que a taxa é muito elevada pode-se iniciar atividades específicas para minimizar os impactos sobre o curso.

e) Taxa de sucesso na graduação

Expressa a relação de alunos concluinte no curso em relação ao de ingressantes por ano.

$$TSC = \frac{N_{coni}}{N_{ingi}}$$

Onde: TSC = Taxa de sucesso na graduação

N_{coni} = Número de alunos concluintes do ano i

N_{ingi} = Número de alunos ingressante no ano i

Obs.: Se houve alteração no número de ingressantes durante o período considerar para a turma concluinte o número de ingressantes na época em que esta turma ingressou no curso.

Explicação: Este indicador trás de maneira geral quantos alunos são formados em relação aos que ingressam ou seja representa um indicador social do número de profissionais que são disponibilizados anualmente no mercado.

f) Índice de conclusão médio

Reflete um parâmetro relacionado ao tempo em que o aluno demora para concluir o curso, o ideal é o curso que se aproxima de 1,0

$$IC_m = \frac{\sum_{i=1}^n a * (D_c + t_i)}{N * D_c}$$

Onde: IC_m = Índice de conclusão médio

a = número de alunos que concluíram o curso no ano i

N = Número de alunos utilizados no cálculo

D_c = Duração do curso em anos.

t_i = tempo em anos a mais que o grupo de alunos i demorou para concluir o curso

Explicação: O tempo que o aluno permanece na instituição representa um parâmetro importante pois deve-se tentar minimizar a permanência para que mais alunos tenham possibilidade em uma universidade pública. Por exemplo, se o aluno permanece seis anos em

um curso que seria de quatro anos, a vaga que seria disponibilizada para transferência externa devido a desistência não aparece enquanto aquele aluno não finaliza o curso.

g) Índice de reprova do curso por nota

Representa um valor que indica o percentual médio de reprovação por disciplina, varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1,0 maior é o índice de reprova no curso.

$$IRC_n = \frac{\sum_{i=1}^n \left(\frac{Rn_i}{M_i} \right)}{N_d}$$

Onde: IRC_n = Índice de Reprova no Curso por nota

Rn_i = Número de alunos reprovados por nota na disciplina i

M_i – Número de alunos matriculados na disciplina i

N_d = Número de disciplinas utilizadas no cálculo

Explicação: Este índice deve ser utilizado com cautela, não é objetivo obrigar professores a aprovarem todos os alunos, deve servir como um parâmetro anual onde a partir de propostas de atividades coletivas como estabelecimento de grupos de estudos, projetos de ensino, ou outras modalidades verificar se o desempenho melhorou ou não. Deve-se pensar em instrumentos coletivos e não focados em disciplinas.

h) Índice de reprova do curso por falta

Representa um valor que indica o percentual médio de reprovação por disciplina, varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1,0 maior é o índice de reprova no curso.

$$IRC_f = \frac{\sum_{i=1}^n \left(\frac{Rf_i}{M_i} \right)}{N_d}$$

Onde: IRC_f = Índice de Reprova no Curso por nota

Rf_i = Número de alunos reprovados por falta na disciplina i

M_i – Número de alunos matriculados na disciplina i

N_d = Número de disciplinas utilizadas no cálculo

Explicação: Deve servir como parâmetro para que o curso tente identificar quais os motivos que levam o aluno a desistir de uma disciplina específica ou de um conjunto de disciplinas e tentar minimizar estes impactos no final do curso.

i) Índice de qualificação do corpo docente

Representa o grau de qualificação que um cursos possui, quanto mais próximo de 1,0 menor é o grau de qualificação, ou seja, em um curso com índice 1,0 todo o corpo docente é graduado.

$$IQD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$$

Onde: IQD = Índice de qualificação do corpo docente

D = número de professores doutores que ministra aula no curso

M = número de professores mestres que ministra aula no curso

E = número de professores com curso de especialização que ministra aula no curso

G = número de professores com graduação que ministra aula no curso

Explicação: É um parâmetro para que o colegiado avalie e proponha programas de capacitação específicos àquele curso.

j) Índice de dedicação docente ao curso

Representa a carga horária semanal total dedicado ao curso por docente. Quanto mais próximo de 1,0, maior é a carga horária docente disponível ao curso.

$$IDD = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{H_{si}}{40}}{N_{do}}$$

Onde IDD = índice de dedicação docente ao curso

H_{si} = Carga horária semanal destinada ao curso pelo docente i

N_{do} = Número de docentes

Explicação: Representa um parâmetro do quanto um curso tem de disponibilidade do corpo docente, o ideal é que todo docente tenha grande disponibilidade de tempo para discutir o curso, orientar alunos, desenvolver projetos, quanto menor as horas de dedicação do docente ao curso mais difícil estabelecer políticas de melhoria.

k) Relação docente efetivo/convocado

Expressa a proporção de disciplinas ofertadas no curso por docentes efetivos e por docentes convocados. Quanto mais próximo de 100, maior o número de disciplinas ministradas por docentes efetivos. Nos cursos com disciplinas ministradas por mais que um docente ou modulares considere a categoria pela maioria simples.

$$R_{ec} = \frac{N_{def}}{N_{tot}} \times 100$$

Onde R_{ec} = Relação de disciplinas ministradas por docentes efetivos e convocados.

N_{def} = Número de disciplinas ofertadas por efetivos

N_{tot} = Número de disciplinas totais no período

Explicação: Representa um parâmetro que deve ser utilizado nos critérios de afastamento dos docentes em atividades administrativas e de capacitação, quanto menor a proporção de docentes efetivos no curso maior a dificuldade para manter a continuidade dos trabalhos pedagógicos do curso.

l) Grau de envolvimento de aluno por projetos de pesquisa

Indica o número de projetos de pesquisa no curso com envolvimento direto de alunos.

$$GE_p = \frac{N_a}{N_t}$$

Onde GE_p = Grau de envolvimento de alunos de graduação em projetos de pesquisa

N_a = Número de projetos de pesquisa com cadastro de alunos

N_t = Número de projetos de pesquisa totais vinculado ao curso.

Explicação: Representa um parâmetro para estimular a participação dos alunos em projetos, quanto mais alunos estiverem participando em projetos, maior será a qualidade o ganho na formação destes profissionais, se o número for muito baixo é necessário criar uma política de estímulo.

m) Grau de envolvimento de aluno por projetos de extensão

Indica o número de projetos de extensão no curso com envolvimento direto de alunos.

$$GE_e = \frac{N_{ae}}{N_{te}}$$

Onde GE_e = Grau de envolvimento de alunos de graduação em projetos de extensão

N_{ae} = Número de projetos de extensão com cadastro de alunos

N_{te} = Número de projetos de extensão totais vinculado ao curso.

Explicação: Representa um parâmetro para estimular a participação dos alunos em projetos, quanto mais alunos estiverem participando em projetos, maior será a qualidade o ganho na formação destes profissionais, se o número for muito baixo é necessário criar uma política de estímulo.

n) Indicador bolsista de iniciação científica pelo potencial docente

Revela o número de alunos com bolsa de iniciação científica em relação ao potencial de orientação docente efetivo

$$IB_{ic} = \frac{N_b}{3D_{ef} + 2M_{ef}}$$

Onde IB_{ic} = Indicador de bolsistas de iniciação científica pelo potencial docente

N_b = Número de bolsistas de iniciação científica do curso.

D_{ef} = número de professores doutores efetivos

M_{ef} = Número de professores mestres efetivos

Explicação: Representa um parâmetro para que o curso crie uma política de estímulo ao docente para que incorpore os alunos em programas institucionais o que gera um ganho na formação do aluno e o curso tenha mais bolsas vinculadas ao curso.

o) Indicador bolsista de extensão pelo potencial docente

Revela o número de alunos com bolsa de extensão em relação ao potencial de orientação docente efetivo

$$IB_{ex} = \frac{N_b}{3D_{ef} + 2M_{ef} + 1E_{ef}}$$

Onde:

IB_{ex} = Indicador de bolsistas de extensão pelo potencial docente

N_b = Número de bolsistas de extensão do curso.

D_{ef} = número de professores doutores efetivos

M_{ef} = Número de professores mestres efetivos

E_{ef} = Número de professores com especialização efetivos

Explicação: Representa um parâmetro para que o curso crie uma política de estímulo ao docente para que incorpore os alunos em programas institucionais o que gera um ganho na formação do aluno e o curso tenha mais bolsas vinculadas ao curso.

p) Indicador da taxa de projetos de ensino no curso

Apresenta uma relação entre os projetos de ensino e o corpo docente, quanto maior o valor num determinado período, mais efetivamente o curso tem utilizado este mecanismo de complementação na formação do aluno.

$$T_{pe} = \frac{N_{pe}}{N_{doe}}$$

Onde:

T_{pe} = Taxa de projetos de ensino

N_{pe} = Número de projetos de ensino

N_{doe} = Número de docentes efetivos

Explicação: Os projetos de ensino são atividades voltadas aos alunos do curso e tem um papel na complementação na formação do aluno. Quanto mais atividades são oferecidas ao aluno, maior a qualidade na formação do aluno.

q) Taxa de monitoria pelo potencial de disciplinas

Representa a proporcionalidade entre a possibilidade de monitoria por parte do aluno e o número de alunos efetivamente envolvidos em monitoria. Quanto maior o número mais alunos estarão envolvidos.

$$T_m = \frac{N_m}{N_{tot}}$$

Onde:

T_m = Taxa de monitoria

N_m = Número de alunos monitores

N_{tot} = Número de disciplinas totais

Explicação: A participação de alunos em atividades de monitoria complementam a sua formação acadêmica, possibilitando que o aluno discuta e reflita sobre a atividade docente e crie um espaço de colaboração com os colegas do curso. Este indicador deve ser avaliado sobre as causas dos resultados obtidos para depois propor mecanismos de estímulo na participação dos alunos, e se o mecanismo de monitoria tem efetivamente alcançado seus objetivos no curso.

r) Número médio de alunos por docente/disciplina

Apresenta o número de alunos relacionados por docente nas disciplinas ou módulos, quanto maior a relação maior é o número de alunos em média por docente.

$$T_{ad} = \frac{\sum_{i=1}^n \frac{N_{adi}}{N_{do}}}{N_{dic}}$$

Onde T_{ad} = Taxa de alunos por docente

N_{adi} = Número de alunos na disciplina/módulo

N_{do} = Número de docentes na disciplina i

N_{dic} = Número de disciplinas ou módulos do curso.

Explicação: Este parâmetro coloca em questão a relação do número de alunos pelo número de professores, como existem disciplinas com mais que um professor, como nos casos de disciplinas modulares

ANEXO III – DEFINIÇÕES

Planejamento estratégico – Representa um instrumento para a busca da excelência na gestão e envolve a definição da missão e visão de futuro do curso, da auto-avaliação, estabelecimento de prioridades e metas e a ser tomadas pelo curso e prazos para atingir os objetivos e indicadores de monitoramento.

Percepção da comunidade acadêmica – Avaliação através de questionários aos docentes, técnico-administrativos e alunos refletindo a visão pessoal sobre o curso e o projeto pedagógico.

Indicadores de acompanhamento pré-estabelecidos na UEMS – Os indicadores de desempenho interno do curso (Anexo II), definem um parâmetro comparável no curso para identificar pontos passíveis de melhorias ao longo do tempo e ao mesmo tempo servirão como base Institucional independente do curso destinados aos relatórios da CPA.

Resultados de desempenho aferidos externamente, que dizem respeito ao curso sejam Estaduais ou Federais – Resultados do ENADE (CPC), resultado e parecer do Conselho Estadual de Educação na avaliação do curso, resultados em provas externas a UEMS tais como avaliações de conselhos profissionais.

Gestão Pedagógica – Avalia a condução das atividades desenvolvidas pelo curso no cumprimento do projeto pedagógico, pelo coordenador de curso e pelo corpo docente e as formas de articulação para que as ações estejam engrenadas com os objetivos do curso. Devem ser consideradas neste quesito as reuniões de colegiado, reuniões pedagógicas, as atividades e o cumprimento das atividades previstas no projeto pedagógico, etc.

Gestão Administrativa – Avalia a forma como são solucionados os problemas internos, tais como conflitos na comunidade, problemas de infra-estrutura física e de materiais, a condução dos trabalhos pelo coordenador e/ou coordenador adjunto do curso.

Atendimento aos discentes – política de atendimento ao discente – Avalia se a forma como são atendidos os alunos pelos docentes e pelo coordenador na solução de problemas, na eliminação de dúvidas, ações do curso, oferecimento de estágios, bolsas, cursos é adequado. Recuperação do aluno, inserção do aluno no curso.

Comunicação intra e extra-curso na divulgação de eventos – Avalia se a qualidade com que são repassadas as informações dentro do curso são adequados aos seus propósitos. Ou seja, se os docentes, alunos e técnico-administrativos ficam informados sobre as atividades do curso e se o curso tem visibilidade junto à comunidade externa.

Organização Didático pedagógico – Avalia a coerência do projeto pedagógico com a realidade prática na formação do aluno, se as disciplinas estão coerentes, se os estágios estão

adequados, se o trabalho de conclusão de curso está adequado, se as atividades previstas no PP estão sendo executadas.

Infra-estrutura física e tecnológica – Avalia se as condições de salas, laboratórios, gabinetes, salas de docentes, sala para atendimento ao aluno, equipamentos, mobiliário, equipamentos didáticos são adequados à necessidade do cumprimento das atividades previstas.

Integração entre o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico – Avalia se as atividades previstas e realizadas no curso estão de acordo com o que está previsto no PDI.

ANEXO IV

MODELOS DE QUESTIONÁRIOS

Este modelo de questionário destina-se a orientar os cursos a iniciarem discussão sobre o melhor modelo de auto-avaliação, portanto não se trata de instrumento definitivo, cada curso pode alterar este questionário de acordo com as suas necessidades.

Não apresentamos aqui o modelo de questionário de auto-avaliação para o técnico-administrativo devido a variedade de funções que estes podem assumir no curso, nem para o coordenador de curso, pois estes avaliam o curso através da auto-avaliação institucional. A opinião destes é muito importante e devem fazer parte da auto-avaliação do curso, neste sentido os cursos podem sugerir modelos próprios de questionários.

MODELO DE QUESTIONÁRIO AO ALUNO

Sugestão: As questões podem ser apresentadas ao aluno com opções de múltipla-escolha colocando 2 opções positivas, uma intermediária, 2 negativas e uma opcional, por exemplo a) Excelente, b) Bom, c) Regular, d) Ruim, e) Péssimo, f) não se aplica. Ou como questões abertas onde cada um pode dar a sua contribuição.

Sobre a Infra-estrutura:

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a Sala de Aula quanto a:

- 56) Espaço físico
- 57) Cadeiras e carteiras
- 58) Ventilação
- 59) Iluminação
- 60) Acústica
- 61) Quadro/lousa
- 62) Recursos áudio-visuais

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre os Laboratórios específicos do curso quanto a:

- 63) Espaço físico
- 64) Cadeiras e carteiras
- 65) Ventilação
- 66) Iluminação
- 67) Acústica
- 68) Equipamentos e mobiliário
- 69) Materiais para aula prática
- 70) Segurança (acidentes) e organização
- 71) Apoio técnico durante as aulas

- 72) Como você avalia os espaços destinados a atividades extra-sala de aula tais como iniciação científica, extensão, monitoria, etc.

- 73) Como você avalia o laboratório comunitário de informática para acesso a internet?

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a biblioteca e os livros específicos do curso quanto a:

- 74) Disponibilidade em quantidade e qualidade do acervo.
- 75) Disponibilidade de livros recomendados nas disciplinas.

- 76) Atende as suas necessidades de estudo, leitura e pesquisa?
- 77) Qual o grau de satisfação de uma forma geral com relação a biblioteca?

Sobre a secretaria acadêmica do curso:

- 78) Informa corretamente sobre as orientações gerais sobre o registro acadêmico tais como: matrícula, licença, faltas, notas, etc.
- 79) O horário de funcionamento é adequado?
- 80) A qualidade e eficiência no atendimento são adequados?

Sobre a Coordenação de Curso:

- 81) Mantém os alunos informados sobre o curso, tais como projeto pedagógico, normas disciplinares, reuniões de colegiado, normas internas, etc.
- 82) Informa os alunos sobre oportunidades de bolsas, estágios, atividades extra-curriculares?
- 83) Consegue resolver conflitos internos de forma satisfatória entre alunos e professores ou entre alunos?
- 84) O horário de funcionamento é adequado?
- 85) A qualidade e eficiência no atendimento ao aluno são adequados?
- 86) Como você avalia a página do curso na internet?
- 87) Como você avalia o estímulo dado pelo curso na participação de atividades extra-curriculares como iniciação-científica, projetos de extensão, cultura, esporte, projetos de ensino, etc.
- 88) Como você avalia a assistência estudantil em seu curso (psicológico, de assistência social, aos deficientes físicos, etc.)

Sobre o projeto pedagógico do curso (PPC):

- 89) Você tem conhecimento sobre o Projeto Pedagógico do seu Curso?
- 90) Em relação a área de atuação profissional, você considera que as disciplinas e atividades constantes no PPC estão adequados?
- 91) Como você avalia as disciplinas do seu curso?
- 92) Qual o grau de dificuldade que você atribui ao curso de uma forma geral?
- 93) Como você avalia a relação entre a carga horária entre aulas teóricas e as práticas?
- 94) Você considera que o estágio supervisionado obrigatório está adequado aos objetivos do curso?
- 95) O que você sabe sobre as atividades complementares?
- 96) Como você avalia o seu curso em relação a outros cursos de mesma modalidade no Brasil?
- 97) Como você avalia a realização da semana acadêmica em seu curso.
- 98) Como você avalia o estímulo ao aluno para realizações de atividade extra-curriculares, tais como estágios, congressos, cursos.

Sobre os professores do curso responda:

- 99) De que forma as atividades desenvolvidas pelos professores durante as aulas, permitem o seu aprendizado?
- 100) Quantos professores apresentam por escrito e discutem o Plano de Ensino das suas disciplinas na primeira semana de aula?
- 101) Seguem o plano de ensino ou justificam sua modificação?
- 102) Quantos professores relacionam sua disciplina com as demais do curso?
- 103) Quantos professores retomam o processo de avaliação da aprendizagem durante o semestre?
- 104) Quantos professores discutem, comentam e justificam as avaliações após a entrega dos resultados?
- 105) Cumprem o horário das aulas e de orientações de pesquisa, estágio, etc. ?
- 106) Demonstra ter bom conhecimento a respeito do conteúdo ministrado?

- 107) Demonstra interesse para que os alunos aprendam?
- 108) Estão disponíveis para atendimento extra-classe de apoio às disciplinas nos horários estabelecidos?
- 109) Motivam os alunos para pesquisa de informações complementares?
- 110) Estimulam os alunos a participarem de atividades formativas complementares?

MODELO DE QUESTIONÁRIO AO DOCENTE

Sugestão: As questões podem ser apresentadas ao professor com opções de múltipla-escolha colocando 2 opções positivas, uma intermediária, 2 negativas e uma opcional, por exemplo a) Excelente, b) Bom, c) Regular, d) Ruim, e) Péssimo, f) não se aplica.

Sobre a Infra-estrutura:

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a Sala de Aula quanto a:

- 1) Espaço físico
- 2) Cadeiras e carteiras
- 3) Ventilação
- 4) Iluminação
- 5) Acústica
- 6) Quadro/lousa
- 7) Recursos áudio-visuais

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre os Laboratórios específicos do curso quanto a:

- 8) Espaço físico
- 9) Cadeiras e carteiras
- 10) Ventilação
- 11) Iluminação
- 12) Acústica
- 13) Equipamentos e mobiliário
- 14) Materiais para aula prática (consumíveis)
- 15) Segurança (acidentes) e organização
- 16) Apoio técnico durante as aulas

- 17) Como você avalia os espaços destinados a atividades extra-sala de aula para orientação tais como atendimento ao aluno, iniciação científica, extensão, monitoria, etc.

- 18) Como você avalia o espaço destinado ao seu trabalho docente diário?

Nas questões abaixo faça uma avaliação sobre a biblioteca e os livros específicos do curso quanto a:

- 19) A biblioteca do seu setor atende as suas necessidades de estudo, leitura e pesquisa?
- 20) A biblioteca acata as suas sugestões de atualização do acervo bibliográfico?
- 21) Como você avalia o acervo da biblioteca quanto a existência de obras atuais ou atualizadas destinadas ao curso?
- 22) Qual o grau de satisfação de uma forma geral com relação a biblioteca?

Sobre a secretaria acadêmica do curso:

- 23) Informa corretamente sobre as orientações gerais sobre o registro do diário de classe, reuniões, registro do ponto, etc.
- 24) O horário de funcionamento é adequado?
- 25) A qualidade e eficiência no atendimento são adequados?

Sobre a Coordenação de Curso:

- 26) Promove reuniões pedagógicas periódicas?
- 27) Conduz de forma adequada as reuniões de colegiado de curso?
- 28) Consegue resolver conflitos internos de forma satisfatória entre alunos e professores ou entre alunos?
- 29) Como você avalia o estímulo dado pelo curso para a realização de suas atividades docente?
- 30) O coordenador exerce sua função administrativa de forma satisfatória?

Sobre o projeto pedagógico do curso:

- 31) Você considera que os objetivos do curso estão adequados ao perfil profissional a que se pretende formar?
- 32) Você considera que as disciplinas são adequadas ao curso quanto a carga horária, seqüência de encadeamento, ementas, etc.
- 33) Como você avalia a relação entre aulas práticas e teóricas em seu curso?
- 34) Você considera que o estágio supervisionado obrigatório é oferecido de forma correta no curso?
- 35) Como você avalia o trabalho de conclusão de curso?

Sobre o Curso de graduação:

- 36) Como você avalia o seu curso em relação a outros cursos de mesma modalidade no Brasil?
- 37) Como você avalia a página do curso na internet?
- 38) Como você avalia a relação e as parcerias firmadas pelo seu curso com a sociedade e empresas de seu município?

Sobre o aluno:

- 39) Quantos alunos acompanham o desenvolvimento das disciplinas pelo plano de ensino?
- 40) Quantos alunos procuram contatá-lo fora do horário de aula, para esclarecerem dúvidas ou aprofundar algum tema?
- 41) Quantos alunos demonstram responsabilidade, engajamento e maturidade no processo de sua formação no curso, e com consciência da ocupação de vaga pública?
- 42) Participam contributivamente do processo de discussão da avaliação?
- 43) Estudam a bibliografia recomendada retornando com comentários e questões sobre a leitura sugerida?
- 44) Na sua opinião os alunos estão auto-motivados à participação em atividades formativas complementares?

Sobre a administração qual avaliação você faz sobre a estrutura, organização e orientação da UEMS para o exercício da sua prática docente em relação a:

- 45) Gerência

- 46) Como você avalia o sistema de impressão e reprografia para o seu curso?
- 47) Diretoria de Registro Acadêmico
- 48) Como você avalia o sistema de registro acadêmico de seu curso?
- 49) Pró-Reitorias
- 50) Reitoria
- 51) Como você avalia a política de manutenção da infra-estrutura de seu curso. (Conservação e aquisição)
- 52) Como você avalia a política de manutenção de seu curso (consumíveis)
- 53) Como você avalia a política de ensino ao seu curso de graduação?
- 54) Como você avalia a política de pesquisa ao seu curso de graduação?
- 55) Como você avalia a política de extensão ao seu curso de graduação?
- 56) Como você avalia a política de lotação e atribuição de aulas ao seu curso de graduação?

